



**Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e
Meio Ambiente**

EMMANUELE RIBEIRO DE MENDONÇA

**A CIDADE NO RIO: conflitos socioambientais na área estuarina do rio
Capibaribe, Pernambuco, Brasil.**

Recife, 2012.

EMMANUELE RIBEIRO DE MENDONÇA

**A CIDADE NO RIO: conflitos socioambientais na área estuarina do rio
Capibaribe, Pernambuco, Brasil.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais.

Orientadora: Dr.^a Vitória Régia Fernandes Gehlen.

Coorientadora: Dr.^a Valdenice José Raimundo.

Recife, 2012.

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- M539c Mendonça, Emmanuele Ribeiro de.
A cidade no rio : conflitos socioambientais na área estuarina do rio Capibaribe, Pernambuco, Brasil / Emanuel Fernando de Andrade Borges Filho. – Recife: O autor, 2012.
104 f. : il. ; 30cm.
- Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vitória Régia Fernandes Gehlen.
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Valdenice José Raimundo
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2012.
Inclui Bibliografia e anexos.
1. Gestão ambiental. 2. Meio ambiente. 3. Degradação ambiental. 4. Água – Uso. 5. Rio Capibaribe (PE). I. Gehlen, Vitória Régia Fernandes (Orientadora). II Título.
- 363.7 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2011-46)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais

**“A CIDADE NO RIO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA
ESTUARINA DO RIO CAPIBARIBE, PERNAMBUCO, BRASIL.”**

Emmanuele Ribeiro de Mendonça

Data de Aprovação: 29/02/2012

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Vitória Régia Fernandes Gehlen (UFPE)

Examinadores:

1º Examinador

Prof.^a Dr.^a Rosa Ester Rossini (USP)

2º Examinador

Prof. Dr. Marx Prestes Barbosa (UFCG)

3º Examinador

Prof. Dr. Fernando de Oliveira Mota Filho (UFPE)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos moradores de Caranguejo e Tabaiaras, que resistem aos percalços no caminho de suas existências, especialmente aos que protagonizam a luta pelos direitos de todos.

AGRADECIMENTOS

Teço com carinho meus sinceros agradecimentos a todos que participaram da construção deste trabalho.

A Deus e aos executores da sua boa vontade;

Aos meus pais Gilvan e Marize, por sempre estimularem as minhas capacidades e promoverem meu progresso moral e intelectual;

Ao meu querido esposo André, pelo carinho, compreensão e orientação, obrigada por estar ao meu lado e acreditar nos meus sonhos;

A minha irmã Mona, por compartilhar comigo, desde o ventre de nossa mãe, as dificuldades e alegrias da vida. Ao meu cunhado Erms e ao meu sobrinho Levi pelas alegrias que tiravam as tensões no decorrer do trabalho. Aos meus irmãos Celinha, Gilvazinho e Joaninha que construíram o meu senso de responsabilidade e cuidado;

As minhas amigas Yêda e Rosali por me dedicam carinho, apoio e motivação.

A todos do GRAPP-UFPE, que sempre se dispuseram a me ajudar; A coordenação, professores, funcionários e colegas de turma do PRODEMA-2010, pela troca de saberes e espírito companheiro;

Ao Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), pelo fomento à pesquisa. Pois, sem o qual não seria possível realizá-la.

A Cleonice que, sempre atenciosa e prestativa, me ajuda nas pesquisas sobre Caranguejo Tabaiaras e acredita no potencial da pesquisa científica;

A Reginaldo e Adilene, pela recepção carinhosa e apoio sem restrições à pesquisa de campo;

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram para esta pesquisa, especialmente aos moradores de Caranguejo e Tabaiaras.

E as orientadoras Vitória Gehlen e Valdenice Raimundo, pela paciência e doação de valiosos saberes que me fizeram conquistar importantes avanços. Obrigada por provocarem em mim a crença do “é possível”.

RESUMO

A presente pesquisa pondera em torno da temática dos conflitos socioambientais. Esses conflitos são explicados por Martinez-Alier (2011) como lutas desempenhadas quando o ônus de determinada atividade danosa ao ambiente é direcionado aos pobres, que protestam e resistem. Nas áreas estuarinas urbanas se processam diversos conflitos socioambientais, dentre eles, estão os que envolvem o acesso e uso da água. Estes se manifestam numa dinâmica complexa, que implica num conjunto de relações sociais, como de classe e gênero. O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar os processos que condicionam os conflitos socioambientais em torno da água na área estuarina do rio Capibaribe, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. O estuário do rio Capibaribe é totalmente inserido na cidade do Recife, uma metrópole, sujeitando-se aos processos de degradação ambiental da urbanização brasileira. Isto afeta prioritariamente as populações de baixa renda que ocupam os manguezais na cidade, construindo seus territórios de vivência. As comunidades Caranguejo e Tabaiaras são exemplos disto, uma vez que convivem desde meados do século XX com a precariedade do saneamento básico. Assim, essas comunidades compõem o referencial empírico deste trabalho. Para a realização da análise, foi realizada uma abordagem qualitativa de pesquisa, permeada pela interdisciplinaridade. Em vista disso, a pesquisa foi desenvolvida segundo a estratégia da Triangulação de Métodos, que permitiu a combinação de diversas técnicas de coleta e tratamento dos dados. Deste modo, foi analisado o contexto histórico e geográfico da área onde se processam os conflitos relacionados ao acesso e uso da água, bem como a identificação dos atores sociais, dos agentes naturais e do tipo de conflito (Latente ou Manifesto). Neste processo foi percebido que esses conflitos estavam encadeados a outros, numa rede complexa. Essa descoberta coloca em evidência o caráter dialético dos conflitos socioambientais, da mesma forma a dinâmica territorial na cidade capitalista. Isto foi possível mediante o enfoque dialético e politizador da análise, tendo em vista a totalidade dos fenômenos. A pesquisa revelou também aspectos importantes da dimensão das relações sociais de gênero nesses conflitos, tema que, até o momento, tem sido pouco desenvolvido no Brasil. A mulher tem destaque na dinâmica desses conflitos socioambientais, visto que a água é sua ferramenta de trabalho. Assim sendo, ela é atingida pela precariedade do saneamento básico de modo peculiar.

Palavras-chaves: conflito socioambiental; território; gênero.

SUMMARY

This study weighs around the theme of social and environmental conflicts. These conflicts are explained by Martinez-Alier (2011) performed when fighting as the burden of a particular activity harmful to the environment is targeted to the poor, who protest and resist. In urban estuarine areas are conducted several social and environmental conflicts, among them are those involving access to and use of water. These manifest themselves in a complex dynamic, which implies a set of social relations, such as class and gender. The objective of this study is therefore to analyze the processes that determine the social and environmental conflicts over water in the estuary of the river Capibaribe in the city of Recife, Pernambuco State, Brazil. The estuary of the river Capibaribe is fully inserted in the city of Recife, a city, subject to the processes of environmental degradation of urban Brazil. This primarily affects low-income populations that occupy the mangroves in the city, building their territories of experience. The Caranguejo and Tabaiaras communities are examples of this once living since the mid-twentieth century with the precariousness of sanitation. Thus, these communities make up the empirical referent of this work. For the analysis, if exercised a qualitative research approach, permeated by interdisciplinary. As a result, the research was performed according to the strategy of triangulation methods, which allowed the combination of various techniques for collecting and processing the data. Thus, we analyzed the historical and geographical context of the area where you process the conflicts related to access and use of water as well as the identification of social actors, agents and natural type of conflict (latent or manifest). In this process it was realized that these conflicts were linked to others in a complex network. This finding highlights the dialectical character of social and environmental conflicts, as the territorial dynamics in the capitalist city. This was made possible by the dialectical approach and politicized analysis, in view of the totality of phenomena. The survey also revealed important aspects of the social dimension of gender relations in these conflicts, an issue that, until now, little has been developed in Brazil. She has featured in the dynamics of environmental conflicts, since the water is your tool. Therefore, it is affected by the poor sanitation in a particular way.

Keywords: socio-environmental conflict, territory, gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CROQUI

CROQUI 1 - Área de abrangência do Projeto Capibaribe Melhor.	47
--	----

ESQUEMAS

ESQUEMA 1 – Relação entre Território, Conflitos Socioambientais e Gênero.	54
ESQUEMA 2 – Encadeamento dos Conflitos Socioambientais em Caranguejo e Tabaiaras.	70

FIGURAS

FIGURA 1 – Localização da Área de Estudo na Bacia do Rio Capibaribe.	20
FIGURA 2 - Bairros do Recife e ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiaras.	57
FIGURA 3 – Ilha do Zeca: Campos de Futebol e Viveiros de Camarão.	64
FIGURA 4 – Vista aérea da Ilha do Zeca e Braço Morto do Capibaribe.	68

FOTOS

Foto 1 – Viveiro de Camarão à direita e água com dejetos à esquerda e palafitas na margem do braço morto do Rio Capibaribe, Recife (PE).	55
Foto 2 – Casas em Caranguejo, Recife (PE).	55
Foto 3 – Canal do ABC que desagua no Braço Morto do Capibaribe. Ao fundo, mangue que contorna a Ilha do Zeca. Recife (PE).	61
Foto 4 – Canal do ABC com elevado nível de água. Recife (PE).	61
Foto 5 – Pena D'água no canal do ABC e canos clandestinos. Recife (PE).	71
Foto 6 – Ligações clandestinas a partir de um cano da COMPESA no canal do ABC e Recife (PE).	71
Foto 7 – Coleta de água pela população na Rua Tabaiaras. Recife (PE).	73
Foto 8 – Presença de mulheres e crianças na coleta de água na Rua Tabaiaras. Recife (PE).	73
Foto 9 – Entupimento de esgoto em Tabaiaras. Recife (PE).	75
Foto 10 – Esgoto a céu aberto em Tabaiaras. Recife (PE).	75
Foto 11 – Viveiros de Camarão no Braço Morto do Capibaribe. Ao fundo, mangue que contorna a Ilha do Zeca e Prédios residenciais de classe média. Recife (PE).	80
Foto 12 – Separação do Viveiro de Camarão da água contaminada por esgoto no Braço Morto do Capibaribe. Ao fundo, casas da população pobre. Recife (PE).	80

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Gênero dos Entrevistados.	22
GRÁFICO 2 – Nível de Escolaridade.	22
GRÁFICO 3 – Tipo de Moradia.	23
GRÁFICO 4 – Ocupação dos Entrevistados.	24
GRÁFICO 5 – Tempo de residência na área.	24
GRÁFICO 6 – Problemas relacionados à Água.	74

GRÁFICO 7 – Responsabilidade dos Problemas.	78
---	----

MAPA

MAPA 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe no Estado de Pernambuco.	45
--	----

QUADROS

QUADRO 1 – Finalidades das Técnicas da Coleta de Informações.	18
---	----

QUADRO 2 – Cronograma da Pesquisa.	26
------------------------------------	----

QUADRO 3 – Denominações e Enfoques da Dimensão Ambiental nos Conflitos Sociais.	27
---	----

QUADRO 4 – Critérios para a identificação dos Conflitos Socioambientais.	56
--	----

QUADRO 5 – Conflitos Socioambientais na dinâmica Territorial de Caranguejo e Tabaiars.	68
--	----

QUADRO 6 – Principais Motivos apontados por Mulheres e Homens sobre a participação das mulheres na busca por melhorias de saneamento.	77
---	----

QUADRO 7 - Conflitos Socioambientais em torno da Água em Caranguejo Tabaiars.	80
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APPs	Áreas de Preservação Permanete
COHABs	Companhias de Habitação Popular
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PREZEIS	Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
s.p.	Sem paginação
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
URB	Empresa Urbanizadora do Recife
URs	Unidades Residenciais
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPA	Zona Especial de Proteção Ambiental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	14
2.1 Abordagem Qualitativa de Pesquisa	14
2.2 Triangulação de Métodos	15
2.3 Técnicas de Coleta de Informações	16
2.4 Procedimentos da Pesquisa de Campo	19
2.4 Etapas da Pesquisa e Cronograma	25
3 OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA TRAMA DO TERRITÓRIO	26
3.1 A evolução do conceito de Território	30
3.2 Território e Territorialidade	32
3.3 Por uma compreensão dos Conflitos Socioambientais: Território, Natureza e Sociedade	36
4 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DA ÁGUA NA CIDADE	40
4.1 Especificidades dos Conflitos Socioambientais Urbanos em torno da Água.....	41
4.2 A Cidade no Rio: o caso do Recife	44
5 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E GÊNERO	49
5.1 Gênero no Conjunto das Relações Sociais	49
5.2 Gênero e Meio Ambiente	50
5.3 A dimensão de Gênero nos Conflitos Socioambientais	53
6 CARANGUEJO, TABAIARES E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: a luta pelo espaço	55
6.1 Dinâmica territorial em Caranguejo e Tabaiares	56
6.1.1 <i>Caranguejo e Tabaiares: alguns aspectos ambientais</i>	61
6.2 A questão da água em Caranguejo e Tabaiares: os conflitos socioambientais.....	70
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	86
ANEXO A – Modelo das Entrevistas Semiestruturadas	95
ANEXO B – Inquérito Civil relacionado à carcinicultura no Braço Morto do Rio Capibaribe.....	97
ANEXO C – Trâmite do Inquérito Civil relacionado à carcinicultura no Braço Morto do Rio Capibaribe	99
ANEXO D – Reportagem sobre poluição no braço morto do Capibaribe	100
ANEXO E – Precariedade do Saneamento denunciada pelos moradores através reportagem de jornal local	101
ANEXO F – Reclamação acerca do lixo em Jornal Comunitário	102
ANEXO G – Queixa sobre o lixo veiculada por Blog	103
ANEXO H – Reclamações acerca da precariedade de saneamento veiculada por vídeo na internet	104

1 INTRODUÇÃO

Diversas perspectivas e temas emergem no debate Desenvolvimento e Meio Ambiente. Os movimentos ecológicos refletem isto, na medida em que defendem certos paradigmas. Assim, desenvolveram-se correntes relativas à preocupação com as relações entre a natureza e a sociedade.

Conforme Martinez-Alier (2011), verificam-se ao longo do tempo três linhas de ativismo ambiental: o culto ao silvestre, preocupado com a proteção à natureza silvestre, sem questionar as relações de produção e respaldado pela biologia conservacionista; o credo da ecoeficiência, focado no manejo sustentável dos recursos naturais e controle da contaminação, norteado pela ecologia industrial e economia ambiental; o ecologismo dos pobres, que se movimenta em torno dos conflitos socioambientais, questionando as injustiças ambientais com base na ecologia política.

Esta última coloca em evidência as situações em que o ônus de determinada atividade danosa ao ambiente é direcionado aos pobres, que protestam e resistem (MARTINEZ-ALIER, 2011), isto é, traz ao debate do desenvolvimento e meio ambiente a questão dos conflitos socioambientais.

As pesquisas sobre os conflitos socioambientais no Brasil, conforme Barbanti Jr (2002) apresentam uma diversidade de enfoques: a instrumentalização do tema, que se detém ao aspecto descritivo dos conflitos; a setorização dos conflitos sociais, que propõe uma sociologia dos conflitos sociais, destaca a percepção social na compreensão da existência de conflitos e que enfatiza o embate entre os atores sociais; o enfoque interdisciplinar e politizador, no qual a interdisciplinaridade é permeada pela ecologia política e conceitos de justiça ambiental.

Entretanto, nessas pesquisas a abordagem de gênero é pouco desenvolvida, o que traz perdas para o entendimento das questões ambientais. Isto não permite o fornecimento de subsídios para a tomada de decisões e formulação de políticas públicas direcionadas à sustentabilidade ecológica e social.

No tocante às áreas estuarinas urbanas, o estudo dos conflitos socioambientais é fundamental. Porque nessas áreas as condições ambientais do rio na cidade expressam as relações entre sociedade capitalista e natureza, permeadas pela organização do acesso e uso dos recursos naturais disponíveis.

Portanto, essa pesquisa tem por objeto de estudo os conflitos socioambientais em torno da água numa área estuarina urbana, neste caso, no estuário do Rio Capibaribe, na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. Em vista disso, o referencial empírico é composto pelas comunidades Caranguejo e Tabaiaras e pela Ilha do Zeca localizadas no referido estuário.

Diante disto, as seguintes questões foram levantadas: Que fatores explicam os conflitos socioambientais em torno da água numa área estuarina urbana? Qual é a dimensão das relações sociais de gênero nesses conflitos?

Para responder às perguntas, traçaram-se os seguintes objetivos:

✓ Objetivo Geral

Analisar os processos que condicionam o conflito socioambiental em torno da água numa área estuarina urbana.

✓ Objetivos Específicos

Identificar a trajetória dos conflitos socioambientais em torno da água;

Verificar se esses conflitos são latentes ou manifestos;

Identificar a dimensão das relações sociais de gênero nos conflitos socioambientais.

A análise requer, portanto, um estudo de totalidade que aponte as dimensões envolvidas de maneira interdisciplinar. Por isso, a pesquisa se desenvolveu numa Metodologia Qualitativa, que teve como fio condutor a Estratégia da Triangulação de Métodos. Isto é descrito na seção 2 deste trabalho, “Metodologia da Pesquisa”, que coloca também o percurso do trabalho de campo, desde a escolha das técnicas de coleta de informações até a aplicação das mesmas. Nesta seção está presente também uma breve caracterização da área e dos sujeitos da pesquisa.

As seções 3, 4 e 5 mostram as reflexões teóricas formuladas, a fim de compreender os processos que condicionam os conflitos socioambientais em torno da água numa área estuarina. A seção 6 desta pesquisa se dedica à análise desses conflitos numa abordagem interdisciplinar que reúne os referenciais teórico e empírico.

Na seção 3, intitulada “Os Conflitos Socioambientais na Trama do Território”, é apresentada uma reflexão teórica sobre os temas de conflitos socioambientais e território, que busca as relações entre a dinâmica do território e a emergência desses conflitos.

A seção 4, “Os Conflitos Socioambientais em torno da Água na Cidade”, faz um panorama das especificidades dos conflitos socioambientais na cidade, tendo em vista as peculiaridades da cidade do Recife e do estuário do rio Capibaribe.

A perspectiva das relações sociais de gênero, especialmente de gênero e meio ambiente, é descrita na seção 5, “Conflitos Socioambientais e Gênero”. Neste caso, são apresentadas diversas visões do tema, o que dá embasamento para a perspectiva integradora da dimensão de gênero nos conflitos socioambientais.

Por fim, na seção 6 - “Caranguejo, Tabaiars e os Conflitos Socioambientais: a luta pelo espaço” - é exposta a análise dos conflitos socioambientais em torno da água em áreas estuarinas. Isto, a partir do contexto histórico e geográfico da área onde se processam os conflitos relacionados ao acesso e uso da água, bem como da identificação dos atores sociais, dos agentes naturais e do tipo de conflito (Latente ou Manifesto).

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

No processo de pesquisa, as etapas de coleta, análise e interpretação de informações são fundamentais para se responder à pergunta central. A análise dos conflitos socioambientais em torno da água, bem como das relações sociais de gênero implicadas, requer uma visão interdisciplinar de pesquisa. Deste modo, a abordagem qualitativa foi desenvolvida neste trabalho sob uma perspectiva de triangulação de métodos, pois abrange preceitos essenciais para se atingir os objetivos desta pesquisa.

2.1 Abordagem Qualitativa de Pesquisa

A abordagem qualitativa de pesquisa permite um aprofundamento da análise de fatos locais, que repercutem diretamente na vida dos sujeitos (MARTINELLI, 1994). Uma vez que a pesquisa aborda questões relacionadas ao vivido de uma comunidade estuarina urbana, uma abordagem qualitativa pode contribuir neste estudo a partir de uma análise que privilegia a relação dinâmica entre o sujeito e a realidade dada.

Segundo Chizzotti (1998) a análise da abordagem qualitativa pode ser direcionada aos significados que os indivíduos dão as suas ações, no meio ecológico onde constroem suas vidas e relações, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais, ou, ainda, dos vínculos indissociáveis das ações individuais com o contexto social em que elas ocorrem.

Na abordagem qualitativa de pesquisa os fenômenos podem ser estudados a partir de uma perspectiva histórica e de totalidade, na qual, segundo Baptista (1994), os elementos de uma situação estão inter-relacionados e influenciados mutuamente, sendo a situação compreendida num determinado contexto. Por isso, essa abordagem é necessária para uma pesquisa que abarca campos de estudo como Conflito Socioambiental e Gênero.

Diferentemente da abordagem quantitativa, a metodologia qualitativa considera que o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa (CHIZZOTTI, 1998). Um pesquisador orientado pela abordagem quantitativa descreve, explica e prediz, enquanto que na abordagem

qualitativa, o pesquisador interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado (BAPTISTA, 1994).

A pesquisa qualitativa pode fazer uso de vários métodos e técnicas, como: método etnográfico, estudo de caso, história de vida, história oral, observação, análise de conteúdo, pesquisa ação, observação e entrevista (BAPTISTA, 1994; LAKATOS; MARCONI, 2006).

No que se refere à definição amostral, Martinelli (1994) e Minayo et al (2005) apontam que: o grupo de sujeitos é composto de acordo com atributos específicos que se deseja conhecer; o número de pessoas que vão prestar a informação não é fixado previamente, pois o tamanho da amostra será suficiente a partir da reincidência das informações, não desprezando as informações singulares; os informantes devem ser variados para que se apreenda diferenças e semelhanças.

Na abordagem qualitativa o pesquisador tem a liberdade de escolher o método e a perspectiva teórica para realizar seu trabalho (LAKATOS; MARCONI, 2007). Deste modo, o enfoque dialético norteia esta pesquisa, tanto no embasamento teórico quanto na análise dos fenômenos.

Interpretar a realidade social a partir de uma perspectiva histórica e dialética significa apontar a questão ambiental como uma manifestação de processos sociais historicamente determinados, sendo avaliada a partir do contexto de um modo de produção e de uma formação econômica e social (MORAES, 1997).

2.2 Triangulação de Métodos

A abordagem qualitativa de pesquisa pode ser combinada aos elementos da perspectiva quantitativa. Isto se processa mediante a triangulação de métodos, que “[...] não é um método em si. É uma estratégia de pesquisa que se apoia em métodos científicos testados e consagrados, servindo e adequando-se a determinadas realidades, com fundamentos interdisciplinares.” (MINAYO et al, 2005, p.71).

Assim, a estratégia de triangulação metodológica implica na utilização de distintos métodos no estudo de um problema. Segundo Gomes et al (2005), a riqueza de interpretações oriundas de diversos dados supera os possíveis conflitos e tensões gerados pela utilização de variados métodos.

Portanto, na triangulação de métodos a interdisciplinaridade é desenvolvida com as possibilidades de se combinarem as abordagens qualitativas e quantitativas, que abarcam um rol de técnicas e fundamentos. Em vista disso, a seleção das técnicas de obtenção de informações deve considerar o nível de análise da pesquisa bem como a formação específica do investigador que fará a combinação (MINAYO et al, 2005).

Isto denota que não há um caminho único de pesquisa tampouco uma fórmula estanque de se desenvolver a interdisciplinaridade. Nesse sentido, este trabalho procura combinar as abordagens fazendo análises qualitativas de dados quantitativos¹ (BAPTISTA, 1994) e quantificando informações oriundas das técnicas qualitativas de pesquisa.

Assim, através de uma descrição quantitativa da sociedade é possível atribuir termos quantitativos e relações estatísticas aos fenômenos sociológicos (LAKATOS; MARCONI, 2007). Todavia, é importante lembrar que essa abordagem só terá benefícios para a pesquisa interdisciplinar se for combinada à perspectiva qualitativa.

2.3 Técnicas de Coleta de Informações

Com base na perspectiva de triangulação de métodos, foram escolhidas diversas técnicas para a coleta de informações: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, entrevista semiestruturada e observação não participante.

Segundo Lakatos e Marconi (2007) a pesquisa documental corresponde à coleta de dados oriundos de documentos, que podem ser arquivos públicos e particulares, fontes estatísticas, fotografias. Enquanto que a pesquisa bibliográfica consiste no exame de toda bibliografia já tornada pública relacionada ao tema em estudo. Assim sendo, nesses tipos de investigação, os dados são encontrados em boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, material cartográfico etc.

A pesquisa documental promoveu o conhecimento sobre o contexto histórico e geográfico de Caranguejo Tabaires e dados quantitativos, através do Diagnóstico Ambiental da Zona Especial de Proteção Ambiental Ilha do Zeca para categorização

¹ Para tanto se utilizam os dados secundários.

e regulamentação, disponível na biblioteca da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Recife.

A pesquisa bibliográfica também contribui neste sentido, pois mediante essa técnica foram encontrados dois livros com informações gerais sobre as comunidades Caranguejo e Tabaiães, desenvolvidos pela Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS) e também material cartográfico e dados estatísticos, disponíveis no Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife.

Portanto, tais técnicas colaboram para o embasamento empírico da análise dos processos que condicionam conflitos socioambientais em torno da água numa área estuarina urbana.

As entrevistas visam à coleta de informações, estabelecendo o contato efetivo com as pessoas abarcadas no problema investigado. Segundo Thiollent (1982) existem vários tipos de entrevista:

- a) entrevista dirigida, na qual se faz uso de um questionário predeterminado de perguntas fechadas e nenhum papel ativo do pesquisador;
- b) entrevista semiestruturada, orientada por um pequeno número de perguntas abertas;
- c) entrevista centrada, na qual permite ao entrevistado descrever livremente sua experiência pessoal a respeito do assunto em questão;
- d) entrevista não-diretiva, baseada na conversação a partir de um tema geral, sem estruturação do problema por parte do investigador;
- e) entrevista clínica, assemelha-se a não-diretiva, mas, por meio das verbalizações dos sujeitos procura-se fazer uma interpretação sócio-psicológica da situação ou da personalidade dos sujeitos.

O modelo de entrevista semiestruturada é o que melhor se adéqua aos objetivos desta dissertação, pois a entrevista é guiada por uma relação de pontos de interesse que o pesquisador vai explorar ao longo do seu andamento. Deste modo, se processaram a identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos no conflito.

As entrevistas semiestruturadas se aplicam aos sujeitos da pesquisa, como os moradores mais antigos de Caranguejo e Tabaiães, com o intuito de identificar a trajetória do conflito socioambiental em torno da água. Da mesma forma, às mulheres e homens, com a finalidade de identificar suas percepções acerca do conflito socioambiental.

A observação é uma técnica utilizada na pesquisa de campo, que não se resume a apenas ver e ouvir, mas também examinar os fatos e fenômenos a serem estudados (LAKATOS; MARCONI, 2007). As referidas autoras apontam ainda que, segundo a participação do observador, distingue-se a observação participante da observação não participante. A primeira é caracterizada pela incorporação do pesquisador ao grupo ou comunidade, já na segunda o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade analisada, porém é um espectador, não se integra à comunidade.

A escolha da observação não participante para esta dissertação se deu pela possibilidade de uma coleta de dados com objetividade, dirigida e ordenada para uma finalidade determinada. Neste caso, se configura como uma técnica importante para verificar os conflitos socioambientais latentes e manifestos.

O Quadro 1 mostra as finalidades e direcionamentos das técnicas já descritas de acordo com: o objetivo geral, de analisar os processos que condicionam conflitos socioambientais em torno da água numa área estuarina urbana; os objetivos específicos, de identificar a trajetória do conflito socioambiental, verificar os conflitos socioambientais latentes e manifestos e identificar a dimensão de gênero nos conflitos.

QUADRO 1 - Finalidades das Técnicas da Coleta de Informações.

TÉCNICAS UTILIZADAS	FINALIDADES
Pesquisa Bibliográfica e Documental	Obter informações sobre o contexto histórico-geográfico das Comunidades Caranguejo e Tabaiães.
Entrevista Semiestruturada	Identificar e analisar os principais atores sociais envolvidos nos conflitos; Identificar a trajetória dos conflitos; Identificar a percepção das mulheres e homens acerca dos conflitos.
Observação não participante	Verificar os conflitos socioambientais latentes e manifestos.

2.4 Procedimentos da Pesquisa de Campo

O campo de pesquisa foi delimitado conforme os limites da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)² Caranguejo/Campo Tabaiães, definidos pelo Zoneamento Municipal na Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, de 30 de janeiro de 1997. No Mapa 1 se observa a localização da ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiães na área estuarina no Rio Capibaribe, bem como a localização da Bacia Hidrográfica no Estado de Pernambuco.

Esta área chama atenção por compreender a única ilha do estuário sem edificações.³ Além disto, esse local abriga uma população que data desde o início do século passado, que trás as marcas do crescimento da cidade e suas implicações no ambiente estuarino.

Outra característica importante da área é a atuação das lideranças comunitárias que, ao longo dos anos, vêm conquistando melhores condições de vida e desempenhando apoio às pesquisas acadêmicas e de organizações não governamentais. Assim, através dessas pessoas o trabalho de campo pôde ser realizado sem muitos obstáculos.

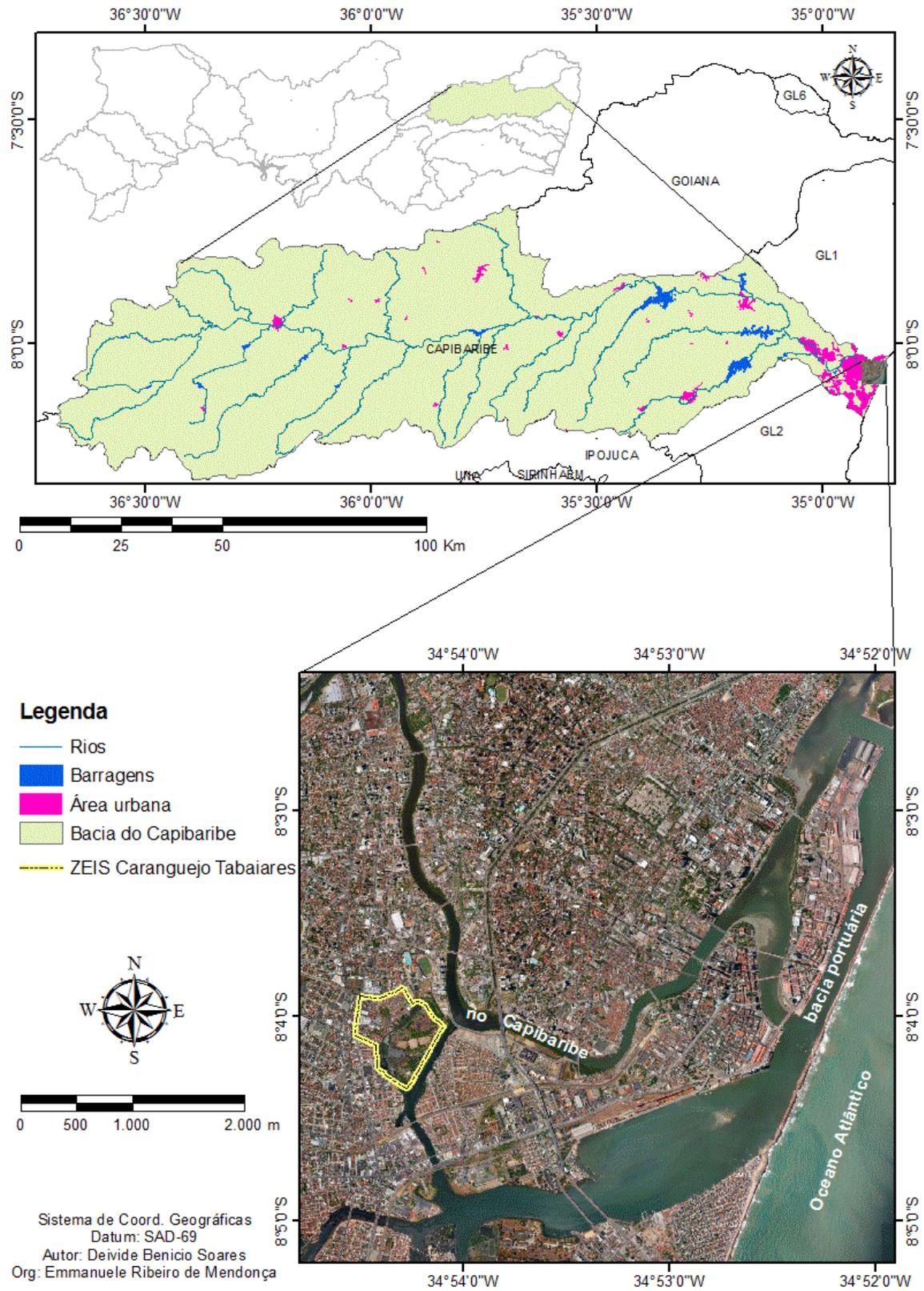
As entrevistas semiestruturadas permitiram uma análise qualitativa dos conflitos socioambientais em questão, tendo em vista a identificação dos principais atores sociais envolvidos nos conflitos, a análise da trajetória dos conflitos e da percepção das mulheres e homens acerca dos conflitos. Tais entrevistas foram devidamente gravadas e escritas com a autorização dos entrevistados.

Em relação à identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos nos conflitos, os relatos dos entrevistados apontaram como atores sociais as Comunidades Caranguejo e Tabaiães, a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) e a Prefeitura do Recife.

² “As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS - são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.” (RECIFE, 1996, s.p.).

³ “A ‘Ilha do Zeca’ surgiu de uma ilha natural que havia na região, hoje modificada em função de aterros, compreende 25 hectares de área contornada por mangue, que desde 2003 é protegida por lei municipal, todavia, a área é atualmente um istmo devido a um trecho do rio que foi aterrado.” (UMA ..., 2009, s.p.).

FIGURA 1- Localização da Área de Estudo na Bacia do Rio Capibaribe.



Fonte: IBGE. Malha Municipal Digital, 2001; EMBRAPA SOLOS. ZAPE Digital, 2001. Imagens Google.

A realização das entrevistas em Caranguejo Tabaiaras foi possível somente com o trabalho de guias pela área de pesquisa. Isto se desenvolveu de acordo com a disponibilidade de moradores locais e lideranças comunitárias, que se dispuseram com apreço.

Além disto, a busca por pessoas a serem entrevistadas obedeceram alguns critérios, assim, o grupo de sujeitos foi composto de acordo com atributos específicos, como:

- a) Localização dos Entrevistados: áreas como a margem do Canal do ABC e do Braço Morto do Rio Capibaribe foram privilegiadas pelo estudo por serem locais de intensa degradação ambiental, no entanto, outros locais foram considerados, como as ruas mais acessíveis;
- b) Tempo de Moradia dos Entrevistados: moradores com mais de cinco anos de permanência no local foram escolhidos para as entrevistas, tendo em vista a identificação dos estágios no decurso dos conflitos socioambientais;
- c) Ocupação dos Entrevistados: pessoas que dependem do ambiente para o seu trabalho, como pescadores/aquicultores, bem como aquelas que diariamente lidam com as dificuldades de acesso e uso da água, como as donas de casa;

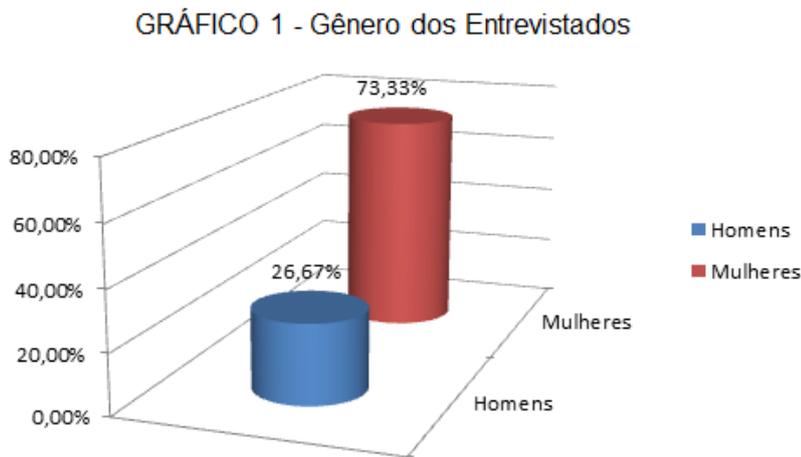
A entrevista semiestruturada seguiu um roteiro previamente estabelecido (Anexo A) que compreendia questões abertas e fechadas, com questões relativas à identificação do entrevistado (a), seu vínculo com o lugar e a percepção sobre os conflitos socioambientais. Essas entrevistas serão citadas no decorrer no trabalho com a numeração de ordem, antecedida pela designação entrevistada ou entrevistado.

Além disto, foram incorporadas outras questões no decorrer da conversa, de acordo com o assunto e o perfil da pessoa entrevistada. Assim, se era um pescador/aquicultor, foram explorados detalhes de sua percepção acerca da degradação da água, já com uma dona de casa, foram mais a fundo investigadas as questões de acesso e uso da água para as necessidades básicas, por exemplo.

Desta forma, foram realizadas 30 entrevistas na área de pesquisa ao longo do segundo semestre do ano de 2011.

Para realizar uma abordagem de gênero, buscou-se um número equitativo de homens e mulheres. Todavia, a disponibilidade de homens foi menor do que a de

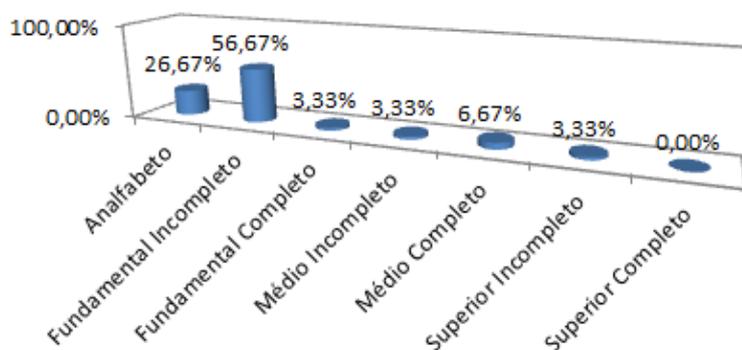
mulheres no decorrer das visitas de campo (Gráfico 1). Isto se deve aos dias e horários da realização das entrevistas, que condisseram com o tempo de trabalho deles. Mas, esse fato não comprometeu a análise. O tamanho da amostra de homens entrevistados foi satisfatório porque ocorreu a reincidência das informações.



Fonte: Entrevistas em Caranguejo e Tabaiaras, Recife, Pernambuco, Brasil, out.- dez.2011.

O perfil dos entrevistados revela a variedade de sujeitos, como a escolaridade, o tipo de moradia e a ocupação. No gráfico 2, observa-se que a maior parte dos entrevistados não apresenta o ensino fundamental completo, em seguida vem o percentual de analfabetos. Mas, participaram sujeitos de todos os níveis de escolaridade, exceto do ensino superior completo.

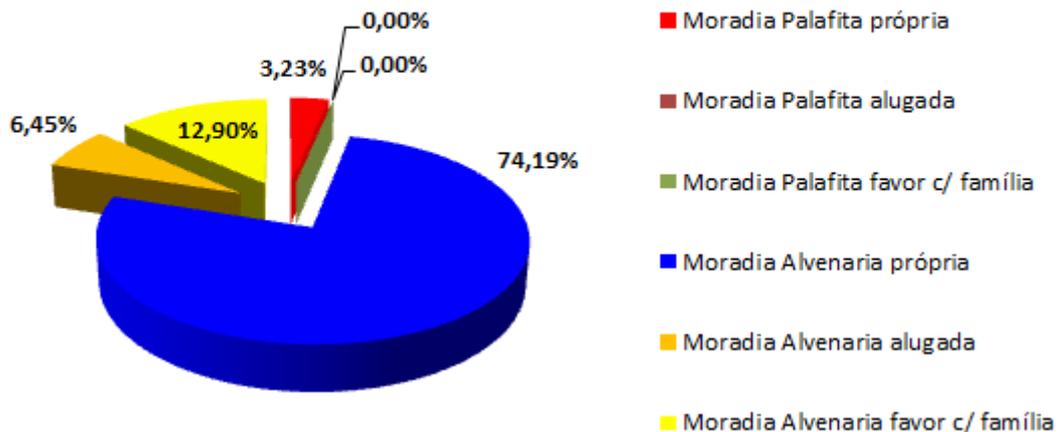
GRÁFICO 2 - Nível de Escolaridade



Fonte: Entrevistas em Caranguejo e Tabaiaras, Recife, Pernambuco, Brasil, out.- dez.2011.

No tocante ao tipo de moradia (Gráfico 3), foi possível constatar que outrora as habitações eram construídas de materiais simples, como tábuas de madeira, atualmente são de alvenaria, consolidando a permanência dos moradores na área. Em vista disso, há um maior percentual de moradias de alvenaria entre os entrevistados.

GRÁFICO 3 - Tipo de Moradia

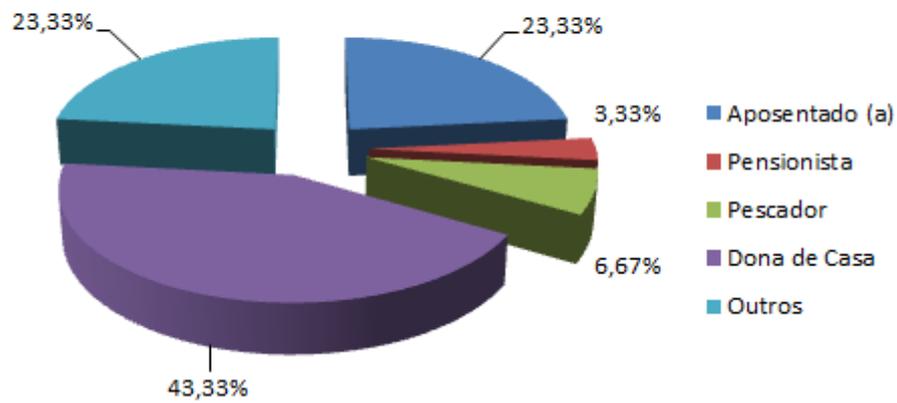


Fonte: Entrevistas em Caranguejo e Tabaiães, Recife, Pernambuco, Brasil, out.- dez.2011.

Todavia, ainda existe na área um número considerável de habitações precárias, como as palafitas, que são casebres construídos com tábuas de madeira, sustentados por estacas, localizados nas margens do rio. Neste caso, o trabalho de campo foi mais comprometido, devido ao difícil acesso às áreas.

Em relação à ocupação dos entrevistados, verifica-se um percentual considerável de donas de casa, bem como aposentados e outros, conforme mostra o Gráfico 4. As mulheres entrevistadas eram donas de casa, aposentadas ou pensionistas. Já os homens formaram os grupos de pescadores/aquicultores, outras ocupações ou aposentados. Estes atributos específicos revelaram importantes aspectos para a análise de gênero na pesquisa.

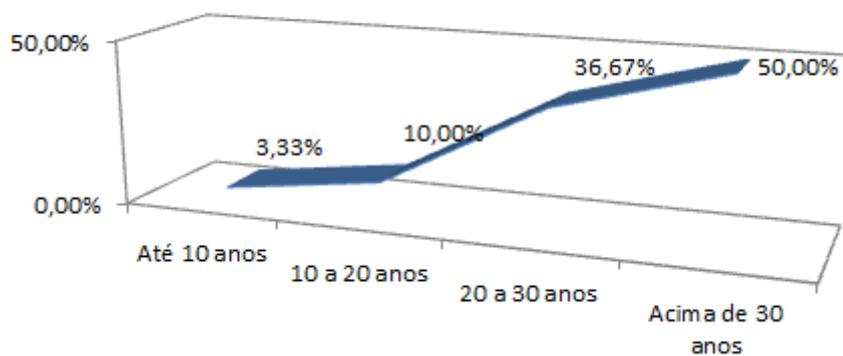
GRÁFICO 4 - Ocupação dos Entrevistados



Fonte: Entrevistas de Campo em Caranguejo Tabaiaras, Recife, Pernambuco, Brasil, out.- dez.2011.

Observa-se que cerca de $\frac{1}{4}$ dos entrevistados eram aposentados e pensionistas. Isto revela, em certa medida, o dado do tempo de residência na área, que foi na maioria dos casos elevado, com mais de 30 anos, conforme mostra o Gráfico 5 abaixo.

GRÁFICO 5 - Tempo de Residência na Área



Fonte: Entrevistas em Caranguejo e Tabaiaras, Recife, Pernambuco, Brasil, out.- dez.2011.

Isto se deve também ao fato do entrevistado morar na área desde a sua infância. Esse dado revelou importantes aspectos de permanência no território, como as relações familiares e de vizinhança.

3 OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA TRAMA DO TERRITÓRIO

Os conflitos são inerentes à humanidade. Eles podem ser subjetivos ou objetivos, pessoais ou sociais, circunstanciais ou estruturais (THEODORO et al, 2005). Estão presentes nas relações sociais, sendo submetidos a variadas leituras.

Segundo Barbanti Jr. (2002), no campo teórico, atribui-se duas principais formas de interpretação dos conflitos: a do consenso, na qual é possível a resolução por meio de mudanças nas relações sociais, pois se defende que a fonte de conflitos está na própria existência humana; e a do conflito, em que a origem desses embates está na estrutura de classes sociais.

No bojo dos conflitos sociais ganham destaque aqueles que envolvem a apropriação dos recursos naturais. Pois, na contemporaneidade, as condições de uso dos recursos naturais vêm sendo alteradas pela produção capitalista.

Assim, conforme Acselrad (1992; 2004) é negado o acesso desses bens coletivos⁴ com a qualidade necessária para a existência humana. Para o autor, isto acontece porque certas atividades ou instalações afetam a estabilidade de outras formas de ocupação em espaços conexos, mediante impactos indesejáveis transmitidos pelo ar, água ou solo⁵.

É importante diferenciar conflito socioambiental de problema ambiental. Quintas (2009) salienta que “[...] todo conflito ambiental envolve um problema ambiental, mas nem todo problema ambiental envolve um conflito.” (p.72). O teórico considera as noções de Carvalho e Scotto (1995 apud QINTAS, 2009), nas quais os problemas ambientais são situações em que não há reação da população atingida por danos ou riscos ambientais, enquanto que nos conflitos travam-se lutas acerca dos recursos naturais.

⁴ A ideia de bem coletivo é reconhecida no direito ambiental. Antunes (2002) salienta que o direito ao meio ambiente é o primeiro e mais importante princípio do Direito Ambiental, esse princípio decorre no texto expresso da Constituição Federal, caput do artigo 225, que dispõe: “Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988,s.p.).

⁵ Coelho (2001) apresenta uma visão integradora, segundo a qual os impactos ambientais são processos de mudanças ecológicas e sociais causadas por perturbações no ambiente. O impacto ambiental é produzido numa dinâmica em que “[...] as condições ecológicas alteram as condições culturais, sociais e históricas, e são por elas transformadas [...] O impacto ambiental não é obviamente só resultado (de uma determinada ação realizada sobre o ambiente): é relação (de mudanças sociais e ecológicas em movimento).” (COELHO, 2001, p.25).

Os conflitos socioambientais podem ser entendidos por diversas abordagens. Walter (2009) desenvolveu um levantamento de enfoques e definições da dimensão ambiental nos conflitos sociais, que estão descritos no Quadro 3.

QUADRO 3 - Denominações e Enfoques da Dimensão Ambiental nos Conflitos Sociais.

DENOMINAÇÕES	ENFOQUES
Conflitos Ambientais	Conflitos relacionados aos danos ambientais com reação de atores externos, como organizações ambientalistas e ativistas.
Conflitos Socioambientais	Conflitos relacionados aos impactos ambientais de determinado projeto com reação da comunidade diretamente afetada.
Conflitos Induzidos pelo Ambiente	Conflitos induzidos pela degradação do ambiente e escassez dos recursos, conseqüentes do crescimento populacional.
Conflitos Ecológicos Distributivos	Conflitos desencadeados pela desigualdade da distribuição dos recursos naturais bem como dos efeitos da contaminação ambiental.
Conflitos de Conteúdo Ambiental	Conflitos que estejam vinculados à tensão na estabilidade histórica de uma comunidade e seu habitat, não sendo apenas aqueles em defesa do ambiente.

Fonte: WALTER, M. Conflictos ambientales, socioambientales, ecológico distributivos, de contenido ambiental... Reflexionando sobre enfoques e definiciones. **CIP-ECOSSOCIAL, Boletim ECOS**, Madrid, n.6, p.2-9, fev.- abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cip.fuhem.es>> Acesso em: 30 mai. 2010.

Walter (2009) reconhece que as diferentes nomenclaturas denotam específicas perspectivas subjacentes, que podem ser agrupadas em três linhas de pensamento: a Pós-materialista, que atribui o surgimento dos conflitos a mudança de valores da sociedade de acordo com a Sociologia Política e a Ciência Política, denominando esses conflitos de “conflitos induzidos pelo ambiente”; a Ecologia Política e Economia Ecológica, na qual se travam lutas pela defesa aos recursos necessários para a vida, são os “conflitos ecológicos distributivos”; a Comunidade e seu Ambiente, com aporte da Geografia do Conflito, essa linha reconhece os conflitos como expressões da relação particular entre uma comunidade e a natureza, sendo “conflitos de conteúdo ambiental”.

Em relação às denominações “conflito ambiental” e “conflito socioambiental” encontram-se diversas referências na literatura brasileira. Acselrad (1992; 2001; 2004), Scotto e Vianna (1997), por exemplo, preferem o uso da expressão “conflito ambiental”, já Theodoro (2005), Platiau (2005) e Little (2001) utilizam a denominação “conflito socioambiental”.

Todavia, não se identificam grandes divergências nessas abordagens, pois, as leituras se complementam. São comumente consideradas as relações de poder, a distribuição dos danos e riscos ambientais pela população no embate entre os interesses coletivos e privados sobre os recursos da natureza. Sempre que possível, é incorporada também a ideia de que uma vez modificadas as condições de acesso e uso dos recursos naturais o caráter coletivo destes recursos é ferido.

Para Little (2001), nos conflitos socioambientais há uma disputa entre grupos sociais que mantêm distintos tipos de relação com a natureza. Assim sendo, o conceito socioambiental é importante para o autor, na medida em que engloba três dimensões básicas: a biofísica, a humana e o relacionamento entre essas duas dimensões.

Em relação ao problema analisado nesta pesquisa, a designação “conflito socioambiental” se mostra adequada visto que chama atenção para a dimensão social, que por vezes é desconsiderada em análises ambientais.

Mas, isto não implica na negação de outras perspectivas que podem ser combinadas. Porque a estratégia de triangulação de métodos permite uma análise interdisciplinar que possibilita a integração de variadas abordagens.

Portanto, a fim de analisar o fenômeno dos conflitos socioambientais nas comunidades Caranguejo e Tabaiães se faz uso das reflexões interdisciplinares e politizadoras, subjacentes aos termos “conflito socioambiental” ou “conflito ambiental”, usuais no Brasil e “conflito ecológico distributivo”⁶, mais utilizado na Espanha.

O enfoque interdisciplinar e politizador é importante porque o conflito socioambiental surge a partir de uma organização do acesso e uso dos bens naturais pautada na diferenciação de classes sociais e nas necessidades de mercado.

⁶ Neste trabalho, o termo “conflito ecológico distributivo”, utilizado por Martinez-Alier (2000) e Guha (1994) será substituído por “conflito socioambiental”, uma vez que essa expressão é mais conhecida no Brasil. Além disto, no trabalho de Porto e Martinez-Alier (2007), numa integração entre pesquisas do Brasil e da Espanha, a discussão faz usos dos dois termos sem distinções.

Nesse sentido, a incidência social da contaminação, a distribuição dos riscos ecológicos, a perda de acesso aos recursos e serviços ambientais são, para Martinez-Alier (2000), situações nas quais emergem conflitos socioambientais. O referido autor pondera que esses conflitos surgem no choque entre economia e ambiente. Além disto, não resultam apenas de um embate de interesses, mas também do confronto de valores atribuídos aos elementos da natureza, que são incomensuráveis.

Já para Guha (1994) a escassez conduz os conflitos entre os grupos que desejam usar os mesmos recursos. Neste caso, os conflitos socioambientais mais dramáticos são aqueles que opõem ricos e pobres. Este autor acredita que as lutas sobre a distribuição ecológica, isto é, as assimetrias e desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso dos recursos e serviços ambientais, são conflitos de classe e integram o denominado “ecologismo” (ativismo ambiental) dos pobres⁷.

Essas leituras consideram o ambiente enquanto condição para a vida, sendo esta, ameaçada pelo desenvolvimento econômico e pela desigualdade social (MARTINEZ- ALIER, 2011).

Diante disto, os conflitos socioambientais se inserem numa conjuntura em que

[...] os recursos naturais, quando explorados pelo mercado e em um contexto de ausência de regulamentação efetiva, são em geral altamente suscetíveis às externalidades negativas, que geram passivos ambientais capazes de prejudicar profundamente outros grupos sociais. Tipicamente, os grupos que geram tais passivos não apenas se beneficiam das atividades geradoras, como não podem ser responsabilizados, via mercado, enquanto os grupos prejudicados são obrigados a se engajar em diversas formas de ação coletiva [...]. (PLATIAU et al, 2005, p.55).

Portanto, nas raízes dos conflitos socioambientais estão o acesso e uso desigual dos recursos naturais do território, bem como a distribuição dos impactos ambientais por classes sociais diante das relações de poder e apropriação.

Diversos autores reconhecem o caráter diferencial dos danos ambientais também entre mulheres e homens. Para eles, as mulheres são, por diversas ocasiões, mais afetadas pela pobreza e degradação ambiental (MIES; SHIVA, 1997). Os efeitos negativos da degradação ambiental recaem preponderantemente

⁷ O “ecologismo” dos pobres se contrapõe ao “ecologismo” ocidental, na medida em que o primeiro se preocupa com o uso do meio ambiente e quem se beneficia dele, a proteção ambiental com justiça social, o segundo se detém à proteção na natureza silvestre, às outras espécies e a diversidade biológica (GUHA, 1995).

sobre as mulheres pobres (RICO, 1998). E os problemas ambientais relacionados à água afetam as mulheres de modo específico (MARTÍNEZ, 2000).

Tendo essas considerações em vista, as noções de território e territorialidade, importantes conceitos no cenário do desafio ambiental contemporâneo, podem construir uma teoria explicativa para esses conflitos.

3.1 A evolução do conceito de Território

O território é um termo polissêmico, isto é, apresenta diversos sentidos no curso do tempo. Suscintamente pode-se dizer que, esse termo foi de início empregado para designar um espaço delimitado por fronteiras, no qual a dimensão material era dominante, com o sentido de abrigo. Todavia, na trajetória do pensamento geográfico, o território ganhou outros sentidos que ampliaram o seu significado.

O conceito de Território perpassa por distintas ciências, diferentes abordagens e sentidos ao longo da história. A expressão território é utilizada desde o século XIX, por geógrafos como Frederico Ratzel, associando o território ao poder do Estado, e Elisée Reclus, mais preocupado com a relação entre as classes sociais e o espaço dominado (ANDRADE, 1998).

Já no século XX, Claudie Raffestin rompe com a abordagem de Ratzel, focada no Estado, construindo uma perspectiva de território enquanto resultado das relações entre diversas dimensões do poder, dando relevância as práticas e relações cotidianas da sociedade (GALVÃO et al, 2009). Assim, para Raffestin o território é “[...] campo da ação do poder.” (1993, p.60).

Portanto, no pensamento geográfico as abordagens e concepções de território são bem variadas. Isto enriquece o debate e possibilita a reflexão sobre o movimento dialético entre a realidade dada e a ciência.

Conforme Saquet (2007) não se pode negar a unidade entre o pensamento científico e o real, isto implica dizer que as mudanças ocorridas em ambos são recíprocas e concomitantes. Deste modo, se processa a reelaboração do conceito de território pela Geografia. Para o referido autor, isto está atrelado à transição ocorrida a partir dos anos 1950 até o final de 1970, com a discussão sobre os

paradigmas, as mudanças sócio-espaciais do pós-segunda guerra mundial e os conflitos de operários levaram a uma sistematização e aprofundamento do conceito⁸.

Nesse sentido, o referido autor afirma que a mudança paradigmática na Geografia se processa com o rompimento das abordagens positivista e neopositivista. Nas quais se negligenciava o conceito de território, favorecendo a abordagem focada no conceito de região.

Em vista disso, a renovação do pensamento geográfico reelabora o conceito de território, superando a visão focada exclusivamente na materialidade do espaço⁹. Diversos pesquisadores passam a evidenciar a dinâmica social do território, não entendendo mais o conceito enquanto suporte da sociedade ou área controlada pelos animais (SAQUET, 2007).

Desde então, existe uma gama de abordagens e concepções de território. Para Haesbeart & Limonad (2007) essas abordagens podem ser distinguidas didaticamente em três linhas de análise de acordo com a dimensão social privilegiada: jurídico-política, cultural e econômica.

Segundo os autores, a linha jurídico-política apresenta a concepção de território como espaço controlado pelo poder, com destaque para o poder estatal; a cultural ou culturalista entende território como resultado da apropriação do espaço mediante o imaginário e identidade social; a linha econômica trata o território como produto do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho.

Saquet (2007) por sua vez identifica quatro tendências de abordagens de território: a primeira, a partir do materialismo histórico e dialético, com enfoque nas relações de produção e das forças produtivas; a segunda, com base na dimensão geopolítica, apresenta ênfase político-administrativa; a terceira, centrada na fenomenologia, se debruça sobre as dinâmicas simbólico-identitária, política e cultural; a quarta, direcionada à sustentabilidade, aborda a discussão ambiental e do desenvolvimento local de maneira interdisciplinar.

Deste modo, na reelaboração do conceito de território, distintas correntes teórico-metodológicas oferecem uma gama de concepções que abrem um leque de

⁸ Este movimento não se restringiu ao conceito de território. Segundo Andrade (2008), a partir do pós-segunda guerra mundial ocorreu um movimento de reformulação científica em diversas áreas do conhecimento. Assim, os geógrafos passaram a percorrer novos caminhos, tentando romper com a Geografia clássica ou atualizar seus princípios gerais.

⁹ Nesse conceito tradicional o território era entendido como substrato material, representando apenas os limites do solo dominado pelo poder do Estado (GALVÃO et al, 2009).

abordagens para a pesquisa. Isto reforça a ideia de que a centralidade do conceito está cada vez mais presente na Geografia e as demais ciências da sociedade.

3.2 Território e Territorialidade

A compreensão da dinâmica territorial perpassa pela análise das territorialidades, a partir delas o território é definido e redefinido. Segundo Claudie Raffestin (1993), o conceito da territorialidade nasceu com os naturalistas, que desenvolveram a ideia de territorialidade animal, isto é, a conduta dos seres para a posse e defesa do território contra outros membros da mesma espécie.

Picinatto et al ao desenvolver uma análise do pensamento de Bertha Becker, afirma que para a geógrafa

[...] a territorialidade é, pois, um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes e relacionados com o espaço e os demais atores. A territorialidade expressa-se pelo consumo do território e é também a face vivida do poder, uma significação do cotidiano em uma malha territorial. (PICINATTO et al, 2009, p.69-70).

Santos e Silveira (2008) ressaltam que “[...] o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer aquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência de Estado.” (p.19). Isto implica que a territorialidade é inerente à sociedade, independentemente do tipo de organização política.

Little (2002, p.3) aponta “[...] a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’[...]”. Haesbaert e Limonad (2007) entendem a territorialidade enquanto formas de apropriação de uma porção do espaço por grupos sociais.

Albagli (2004) sintetiza a noção de territorialidade defendendo que

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. [...] A territorialidade reflete, então, o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões –

cultural, política, econômica e social. [...] É, portanto, também forma de ampliar o controle sobre um dado território [...]. (p.28-30).

Esta explicação remete à definição de Andrade (1998), na qual a territorialidade é entendida como uma dimensão subjetiva que cria a consciência da participação das pessoas no território onde habitam.

Mas, Raffestin (1993) desenvolveu uma noção mais ampla desta categoria de análise. Para o teórico a territorialidade vai além de uma ligação com o espaço, uma vez que expressa duas dimensões do vivido territorial: o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas.

Assim, a territorialidade é relação com outros atores, que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Para fazer essa leitura da territorialidade, Raffestin (1993) se apoia nas ideias de René Girard, nas quais as relações com o território mediatizam em seguida as relações com as outras pessoas.

A territorialidade é definida por Raffestin (1993) como um conjunto de relações a partir do sistema sociedade-espaço-tempo, na medida em que estão inseridas num contexto social-histórico e espaço-temporal.

Portanto, se observa que, apesar da diversidade de sentidos, a territorialidade é frequentemente associada ao conjunto das relações sociais e ao envolvimento das pessoas com o espaço e entre si, abarcando uma dimensão material de apropriação e também subjetiva.

Essa variedade se manifesta também nos territórios, visto que neles há uma gama de territorialidades com dimensões e conteúdos específicos, de acordo com a escala que pode ser de nível local, regional, nacional ou internacional (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Nesta perspectiva, a definição de um território deve considerar a interdependência entre a materialidade (objetos naturais ou técnicos) e seu uso, que envolve a ação das pessoas, como o trabalho e a política (SANTOS; SILVEIRA, 2001), imbuídas pela territorialidade.

A noção de território esboçada neste estudo compreende que as relações sociais e de poder são indissociáveis à materialidade do espaço. Esses elementos se relacionam de maneira recíproca e assim, desta dinâmica resulta o território. Essa ideia de território está relacionada a certas concepções de espaço e de lugar. Deste

modo, uma breve explanação dessas noções é necessária para a compreensão das noções de território e territorialidade delineada neste trabalho.

Segundo ANDRADE (2008) a construção do Espaço se dá mediante as formas de relações e as disponibilidades de capital e técnica. Dada a complexidade do Espaço, seus elementos não devem ser dissociados, conforme nas palavras de Santos (2008, p.63) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”.

Para o referido autor os sistemas de objetos correspondem aos instrumentos materiais da vida humana providos de uma utilidade atual, passada, ou futura, tais instrumentos podem ser naturais ou técnicos. Os sistemas de ações são intervenções resultantes das necessidades (naturais ou criadas) pelo ser humano, repletas de intencionalidades que determinam as funções dessas atuações. A interação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações acarreta a dinâmica e transformação do Espaço.

Deste modo, conforme Santos (2008), essa dinâmica é dialética: os sistemas de objetos condicionam o modo pelo qual se processam as ações e por seu curso o sistema de ações gera objetos novos ou se efetiva sobre objetos existentes. Assim, para o referido autor, a criação e o uso dos objetos são condicionados pelas ações resultantes das necessidades naturais ou criadas pelo ser humano. Além disto, a ação do passado se combina à ação do presente, assim, uma deve ser entendida considerando a outra (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Por conseguinte o sistema de objetos muda constantemente de significação e função no espaço, ou seja, de valor, “[...] o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SANTOS, 2008, p.104). O referido autor explica que esses valores são atribuídos pela sociedade num dado momento.

Os objetos e as ações são elementos fundamentais na compreensão de espaço geográfico e também de território, como explica Santos “O território em si são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” (1998, p. 16). Deste modo, o teórico mostra que o foco na materialidade do território não abarca uma análise social, neste caso:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. [...]. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas,

como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 1999, p.8).

Diante da dinâmica contemporânea, na qual os interesses privados racionalizam a exploração dos recursos naturais em função da formulação de um mercado global único (ANDRADE, 1996), surgem novos recortes territoriais.

Santos (2008;2005;1998) aponta as horizontalidades e verticalidades como os novos recortes espaciais do território. Segundo o teórico,

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. (SANTOS, 2008, p.284).

Assim, para Santos (2005;1998) as horizontalidades correspondem ao domínio da contiguidade, no qual os lugares são reunidos por uma continuidade territorial. Esta, foi formada pelas produções homogêneas (com base numa atividade comum) ou pela relação entre um núcleo e seu entorno que desencadeou a combinação de atividades. Salienta que na horizontalidade as ações são localmente construídas. Já as verticalidades são, para o autor, o domínio marcado por pontos distantes que estão ligados pelo processo produtivo das corporações, relacionando lugares estratégicos da produção, da comercialização, da informação, do controle e da regulação.

Nessa análise do território entra em cena o conceito de lugar, tendo em vista que o território pode ser formado por lugares contínuos e em rede (SANTOS, 1998), isto é, espaços marcados concomitantemente pelas horizontalidades e verticalidades.

Carlos (2007) considera o lugar como a porção do espaço onde o ser humano se relaciona com o mundo, visto que a partir do seu corpo e sentidos ele constrói e se apropria do espaço. Para a teórica, o lugar é um espaço imediato da vida e das relações cotidianas,

[...] Trata-se de um espaço palpável — a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. Nada também de espaços infinitos. São a rua, a praça, o bairro, — espaços do vivido, apropriados através do corpo — espaço públicos, divididos entre zonas de veículos e a calçada de pedestres dizem respeito ao passo e a um ritmo que é humano e que pode fugir aquele do tempo da técnica (ou que pode revelá-la em sua amplitude). É também o espaço da casa e dos circuitos de compras dos passeios, etc. (CARLOS, 2007, p.18).

O lugar compreende ao espaço apropriado, sentido, pensado e vivido mediante o corpo (CARLOS, 2007), assim, no lugar, dimensão espacial do cotidiano, se processa um mundo vivido que comporta os sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 2008; 1988). Contudo, o lugar não é uma entidade autônoma, sendo também determinado pelos processos sociais na construção do espaço geográfico global (CARLOS, 2007).

O sistema sociedade-espaço-tempo pode ser, portanto, interpretado pela perspectiva do espaço, do território ou do lugar. Essas noções não são equivalentes, mas também não se excluem, pois se complementam entre si.

O entendimento de território permeado por essas abordagens traz para o estudo de conflitos socioambientais uma dimensão histórica e dialética das condições em que se processam tais conflitos uma vez que se considera o uso da natureza dentro do sistema de ações pautadas numa ordem social específica. Neste caso, a globalização imbuída na política neoliberal promove uma relação entre verticalidades e horizontalidades que transformam os territórios.

3.3 Por uma compreensão dos Conflitos Socioambientais: Território, Natureza e Sociedade

O entendimento de território perpassa pela noção de (i) materialidade. Saquet (2006) explica que na produção do território, ideia e matéria são historicamente determinadas numa relação mútua que confere uma unidade entre elas. Assim, conforme o autor, uma está na outra, por isso o território é (i) material. Esse termo diz respeito às relações sociais e de poder intimamente ligadas à materialidade do território.

No cerne da territorialidade, em suas dimensões materiais e imateriais, se encontra a relação entre determinados grupos sociais e a natureza. Acselrad (2001) exemplifica esta questão ao refletir sobre a territorialidade do capitalismo brasileiro. Ao longo da história, essa territorialidade submeteu os recursos naturais aos interesses do mercado global, contrapondo-se à territorialidade presente em modelos alternativos de apropriação desses recursos.

Portanto, existe uma tensão entre as territorialidades com distintas racionalidades, como o embate entre o mercado e as comunidades que dependem dos bens naturais para a sua existência e trabalho.

Isto acontece porque as relações de produção capitalista permeiam o relacionamento entre humanidade e natureza. Segundo o qual, a apropriação dos recursos essenciais à vida é pautada pela diferenciação de classes sociais e por uma formação econômica e social. O sistema do capital impõe este tipo de relacionamento, que arrebenta os vínculos naturais entre as pessoas e a natureza, comprometendo suas condições de existência.

Segundo Foster (2005), admite-se que a natureza tem uma história e constitui uma pré-condição da existência humana, assim, o primeiro ato histórico do ser humano é a produção dos meios para a satisfação das necessidades (comer, beber, vestir-se), a produção da vida material.

Deste modo, o referido autor mostra que em diversos trabalhos desenvolvidos por Marx, o conceito de metabolismo foi empregado para explicar a relação entre as pessoas e a natureza. Bem como, definir o processo de trabalho, no qual o ser humano mediante suas ações regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza. O metabolismo seria o processo de troca material entre as pessoas e a natureza.

Assim, Marx defende a interdependência entre os seres humanos e a natureza. Quando essa interação sofre perturbações ocorre uma falha metabólica¹⁰. Para Foster (2005), Marx empregou esse conceito na análise da relação entre as pessoas e o solo no capitalismo, isto é, nas reflexões acerca da agricultura capitalista. O referido autor explica que, segundo Marx, a agricultura em larga escala impedia a devolução dos elementos do solo que foram consumidos, acarretando em falhas na troca material.

Foster (2005) salienta que a noção de falha metabólica implica no conceito de sustentabilidade, uma vez que não eram mantidas as condições de regeneração dos elementos do solo na agricultura capitalista. Assim, as condições de sustentabilidade imperadas pela natureza foram violadas.

A interação entre as pessoas e a natureza não se refere ao indivíduo isolado. Bernardes e Ferreira (2007) destacam que, na abordagem de Marx, esse indivíduo é membro de uma determinada sociedade, em que há formas específicas de organizar o acesso e uso dos recursos naturais. Em vista disso, “A apropriação da natureza

¹⁰ A falha metabólica se dá pela perturbação na interação homem-natureza, na qual ocorre a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista, isto é, das condições materiais que sustentam a vida (FOSTER, 2005).

pelo indivíduo está sempre inserida numa determinada forma social.”(BERNARDES; FERREIRA, 2007,p.19).

Nesse sentido, fazem parte da construção do território diferentes formas de apropriação da natureza. Haesbeart (2007) ressalta que “[...] há sempre uma base *natural* para a conformação de territórios e que, dependendo do grupo social que o produz (por exemplo, as comunidades indígenas), a relação dos grupos sociais com a *primeira natureza* pode mesmo ser primordial na sua definição.” (p.46).

Na ordem social vigente os imperativos do mercado global provocam alterações nos recursos naturais, solapando a troca material e a regeneração dos bens ambientais.

Neste cenário, não se pode deixar de lado o papel das territorialidades, que no embate entre sobrevivência e mercado revelam as relações de poder e controle nos territórios.

As territorialidades são exercidas por diversos grupos sociais que atuam sobre um mesmo território. A partir disto, se observa que elas “[...] comportam práticas e suas expressões materiais e simbólicas, de modo a garantir não só a apropriação do espaço por parte de um determinado agente social, como também sua permanência [...]” (CORRÊA, 1994 apud TRINDADE JÚNIOR, 1998, p.37).

O território apresenta, neste contexto, posição central nas questões ambientais.

Toda questão passa a ser, portanto, quem determina o quanto, com que intensidade, por quem e para quem os recursos naturais devem ser extraídos e levados de um lugar para outro, assim como o próprio trajeto entre os lugares. Como se vê, é toda a questão política que está implicada no cerne do desafio ambiental, por meio do território. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.291).

Em vista disto, o território enquanto objeto de análise social tem sido relevante em estudos ambientais. Essa centralidade do conceito se deve à própria dinâmica da realidade, na qual a relação entre sociedade e natureza está sob os imperativos do mercado. Isto requer uma análise cada vez mais direcionada para as relações sociais e de poder em torno dos recursos naturais.

Diante disto, o conceito de território é fundamental na gestão ambiental, compreendida como

[...] um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais (comunidade, instituições e poder público) que agem sobre os meios físico-natural e construído, definindo e redefinido continuamente o modo como os diferentes atores alteram a qualidade do meio ambiente e, também, como

distribuem os custos e benefícios decorrentes das suas ações. (PLATIAU et al, 2005, p. 48).

Portanto, a gestão ambiental busca um relacionamento entre sociedade e natureza que mantenha a sustentabilidade ecológica combinada à sustentabilidade social nos territórios. Isto implica no paradoxo entre o avanço da sustentabilidade ecológica e o retrocesso da sustentabilidade social. O caráter técnico da primeira não considera o processo dinâmico da degradação da natureza, que possui suas raízes na estrutura da sociedade capitalista (FOLADORI, 2005).

Tendo isto em vista, a concepção de falha metabólica pode ser associada às causas desses conflitos. Porque os imperativos do mercado provocam contaminação e/ou exaustão dos recursos naturais, solapando a troca material e a regeneração dos bens ambientais.

Em alguns casos, as verticalidades presentes no território são responsáveis por essas transformações ambientais que desencadeiam conflitos. Pois, conferem aos recursos naturais utilidades direcionadas aos interesses privados em prejuízo à população local. Conforme essa perspectiva, Porto-Gonçalves afirma que “Nunca os lugares e os territórios foram tão importantes quanto nesse período histórico em que aqueles que determinam seu uso menos se fazem presentes nos lugares que sofrem suas ações [...]” (2006, p.136).

O território é uma categoria central para a compreensão da crise ambiental ou desafio ambiental contemporâneo, pois ele abarca na sua materialidade a tensão entre distintas formas de apropriação do espaço (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Os conflitos socioambientais fazem parte dos desafios ambientais contemporâneos, exigindo uma análise norteada pelas categorias território e territorialidade. Porque o estudo focado no território permite uma visão integradora das relações sociais e da materialidade, promovendo uma perspectiva de totalidade. Isto implica numa visão que vai além dos aspectos materiais da apropriação dos bens ambientais, não esquecendo o conjunto das relações sociais.

4 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DA ÁGUA NA CIDADE

A degradação das águas é um agravante da crise ambiental no Brasil. Conforme a Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil (BRASIL, 2009), as bacias hidrográficas em situação crítica (valores do índice de qualidade das águas nas categorias péssima e ruim) encontram-se nas cidades.

A cidade remete à concentração, seja ela populacional, de indústrias ou serviços. Essa materialização do trabalho humano está associada a um modo de produção. Neste caso, no capitalismo a cidade é o

[...] lugar de acumulação do capital, da extensão dos mercados, [...]. Ao fim do processo, tudo se apresenta como força produtiva do capital [...] Enquanto ligada às forças produtivas, a cidade é a sede do econômico e de sua monstruosa potência. Nela, no curso da história (a sua), o valor de troca venceu lentamente o valor de uso. (LEFEBVRE, 2001a, p.108-111).

Nesse sentido, na cidade se desenvolve um campo de lutas, conflitos que emergem do questionamento da cidade enquanto valor de troca e das formas de uso e ocupação do solo (CARLOS, 2011).

Para Lefebvre (2001) a cidade é uma realidade complexa, pois ao passo que é obra da sociedade, imbuída, portanto, pelo valor de uso, orienta-se na direção do comércio, das trocas, dos produtos. Isto gera conflitos:

No sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos: entre valor de uso e valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominadora. (LEFEBVRE, 2001b, p. 6).

Em vista disso, o referido autor defende que a cidade já era uma realidade quando começa a industrialização que é indutora da urbanização¹¹. Acrescenta que a industrialização é o ponto de partida, mas, pode ocorrer um duplo processo industrialização-urbanização.

Neste contexto, pode se processar uma intensa urbanização com pouca industrialização. Um exemplo disto é a cidade cercada por favelas na América do

¹¹ As explicações do fenômeno da urbanização variam. Todas, porém, giram em torno de fatores como o comportamento demográfico, o grau de modernização e de organização dos transportes, o nível da industrialização, os tipos de atividades e relações que mantêm com os grupos sociais envolvidos, a criação e retenção local do valor adicionado, a capacidade local para guardar uma maior ou menor parcela da mais-valia gerada, o grau de redistribuição da renda entre os produtores, os efeitos diretos ou indiretos da modernização sobre a política, a sociedade, a cultura e a ideologia. (SANTOS, 1979, p.38).

Sul e África, aonde os camponeses vêm para as cidades em busca de trabalho, saindo de explorações falidas pelo jogo do mercado, ditado pelas áreas de crescimento industrial (LEFEBVRE, 2001b).

Na urbanização brasileira o crescimento das cidades está acompanhado pelo empobrecimento da população e degradação das suas condições de existência. A cidade enquanto relação social e como materialidade é criadora de pobreza e está fadada a ser teatro de conflitos, ao passo que abriga o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções (SANTOS, 2005).

Maricato (2008; 2001) afirma que a urbanização da sociedade brasileira é marcada pela modernização e pelo atraso. Pois, a evolução dos acontecimentos mostra que, aliado ao intenso crescimento econômico o processo de urbanização resultou numa concentração espacial da pobreza. Esses pontos de concentração da pobreza são materializações da segregação espacial, onde se encontra a combinação entre moradia pobre e degradação ambiental.

Isto revela que, a ordem social vigente considera a natureza enquanto fonte de recursos para a produção capitalista. Assim, existe uma organização do acesso e uso dos recursos naturais pautada na diferenciação de classes sociais.

O que contraria a noção de que esses recursos são bens coletivos, tendo em vista que não deveriam ser apropriados pelos indivíduos ou grupos sociais e sim compartilhados por todos (ACSELRAD, 1992; SCOTTO; VIANNA, 1997). Assim, a produção do território na cidade é permeada por conflitos entre o valor de uso e o valor de troca dos recursos naturais.

4.1 Especificidades dos Conflitos Socioambientais Urbanos em torno da Água

A relação entre as cidades brasileiras e o acesso e uso da água permeia essa trama dos conflitos socioambientais. Na medida em que, se manifesta a diferenciação na distribuição de equipamentos sociais inerentes às condições de uso e acesso à água, e a incidência social da contaminação por ausência de saneamento básico.

Maricato (2001) ressalta que a metrópole brasileira apresenta uma intrigante relação entre desigualdade social, segregação territorial e meio ambiente. Para a teórica, a exclusão social tem sua expressão na segregação ambiental ou espacial, uma vez que a ocupação da população pobre se dá em áreas rejeitadas pelo

mercado imobiliário privado, de corte capitalista e nas áreas públicas, tais como: encostas de morros, margens dos rios e córregos, terrenos sujeitos aos riscos ambientais, áreas de proteção ambiental etc.

Portanto, nessas áreas os impactos ambientais repercutem, em geral, nos setores menos favorecidos da população. Deste modo, a comunidade atingida sofre involuntariamente esses impactos causados por certos agentes sociais.

Tendo isto em vista, na cidade do Recife, os impactos ambientais na área estuarina rebatem na população pobre. Neste caso, essa população está sujeita à contaminação do rio Capibaribe, aos riscos de alagamentos, à perda de acesso aos bens oferecidos pelo manguezal e às privações da falta de infraestrutura de saneamento básico.

Acselrad (2004), baseado nos conflitos socioambientais ocorridos no Estado do Rio de Janeiro (Brasil), afirma que esses impactos ambientais podem provir das instâncias empresariais, que para o desenvolvimento das atividades produtivas se apropriam dos recursos naturais, ou dos órgãos públicos, pela omissão na regulação do uso do solo e na instalação de infraestrutura sanitária.

Conforme Compans & Viñas (2005), no caso das ocupações irregulares, os conflitos apresentam situações em que o autor dos impactos ambientais é vítima da negligência do Estado em prover infraestrutura urbana e promover oferta habitacional para os segmentos pobres. Todavia, destacam que esse autor é também vítima das suas próprias ações de desmatamento, poluição e aterro dos corpos hídricos.

Uma vez instalados, os assentamentos irregulares são fontes de conflitos visto que:

De um lado, os interesses da população que habita essas áreas e a necessidade de se promover regulamentação fundiária, prover infraestrutura de saneamento e a regularização urbanística. De outro lado, os interesses na preservação das áreas de proteção ambiental e de risco que são alvo de tais ocupações.(COSTA; BRAGA, 2004, p.207).

Segundo Maglio (1999), a poluição das águas nas grandes cidades brasileiras é um sinal da incapacidade de enfrentamento dos problemas de uso e ocupação do solo e da ausência de infraestrutura urbana de saneamento, sobretudo nas periferias das cidades, onde o crescimento urbano sem planejamento ataca os mananciais hídricos.

Conti et al (2008) completam que, os problemas relativos às águas urbanas estão relacionados ao processo de urbanização excludente, no qual grande parcela da população não teve acesso à cidade e aos serviços urbanos essenciais. Isto acarreta um cenário de desenvolvimento desigual e incompleto marcado pela irregularidade da ocupação do solo.

Destacam Conti et al (2008), Galindo (2008) Victorino (2004) alguns elementos para sustentabilidade do sistema hídrico e regeneração ambiental das cidades: legislações municipais que contemplem não apenas aspectos do ordenamento territorial, mas também de questões ambientais que se expressam no território; compatibilizar moradia e preservação dos recursos de água doce diante do déficit habitacional; esforços técnicos, políticos e financeiros para uma articulação eficaz na gestão integrada.

Assim, a relação entre cidade e recursos hídricos no contexto das áreas estuarinas urbanas é marcada pela degradação dos corpos d'água decorrente de diversos fatores. Todavia, podem ser apontados como principais fatores dessa condição: ocupação desordenada do solo urbano, déficit habitacional, ausência de regulação do uso do solo e de proteção ambiental.

Além disto, a área estuarina de um rio, como a do Capibaribe na cidade do Recife, é sujeita aos impactos ambientais sofridos desde o alto curso. Dessa forma, da montante à jusante se desenvolvem diversos problemas ambientais que, de certo modo, recaem sobre o estuário. Isto confere um caráter difuso quanto aos atores sociais envolvidos no conflito socioambiental numa área estuarina urbana.

Nesse sentido, é necessária uma metodologia de estudo sobre conflitos socioambientais que abarque a interdisciplinaridade. Diante disto o teórico Little (2001) desenvolveu uma estratégia de análise que implica nas seguintes etapas:

1. Contextualização ambiental, geográfica e histórica;
2. Identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos no conflito;
3. Identificação e análise dos principais agentes naturais envolvidos no conflito;
4. Análise sintética e global do conflito específico, considerando as relações de poder entre os atores sociais envolvidos e os impactos ambientais existentes ou potenciais.

Em relação a esta etapa de análise, pode-se acrescentar ainda a classificação dos conflitos segundo Kakabase apud Platiau et al (2005), que

distingue dois tipos de conflitos: potenciais, em que situações mostram a possibilidade iminente de confronto; manifestos, nos quais existem atores conscientes da possibilidade do confronto e tomam medidas quanto a isto.

A percepção do conflito socioambiental pode não ser sentida de maneira direta ou imediata pela comunidade, pois existem conflitos de interesses que não são evidentes ou explícitos (SCOTTO; VIANNA, 1997). Os conflitos socioambientais são explícitos quando a comunidade identifica o laço entre os danos causados ao meio ambiente e a ação de certos agentes sociais.

Por conseguinte, sucedem-se manifestações e exigências para algum tipo de reparação e responsabilização dos causadores destes danos ambientais. Essas manifestações e exigências podem ser mediante abaixo-assinados, protestos e denúncias encaminhados aos órgãos públicos de controle ambiental e ao Ministério Público, através de cartas-denúncia e queixas formais (ACSELRAD, 1992).

Enfim, percebe-se que o campo de estudos sobre conflitos socioambientais têm o caráter interdisciplinar como norma e deste modo, a estratégia de investigação da triangulação de métodos se mostra adequada na medida em que permite a combinação de distintas contribuições teórico-metodológicas.

4.2 A Cidade no Rio: o caso do Recife

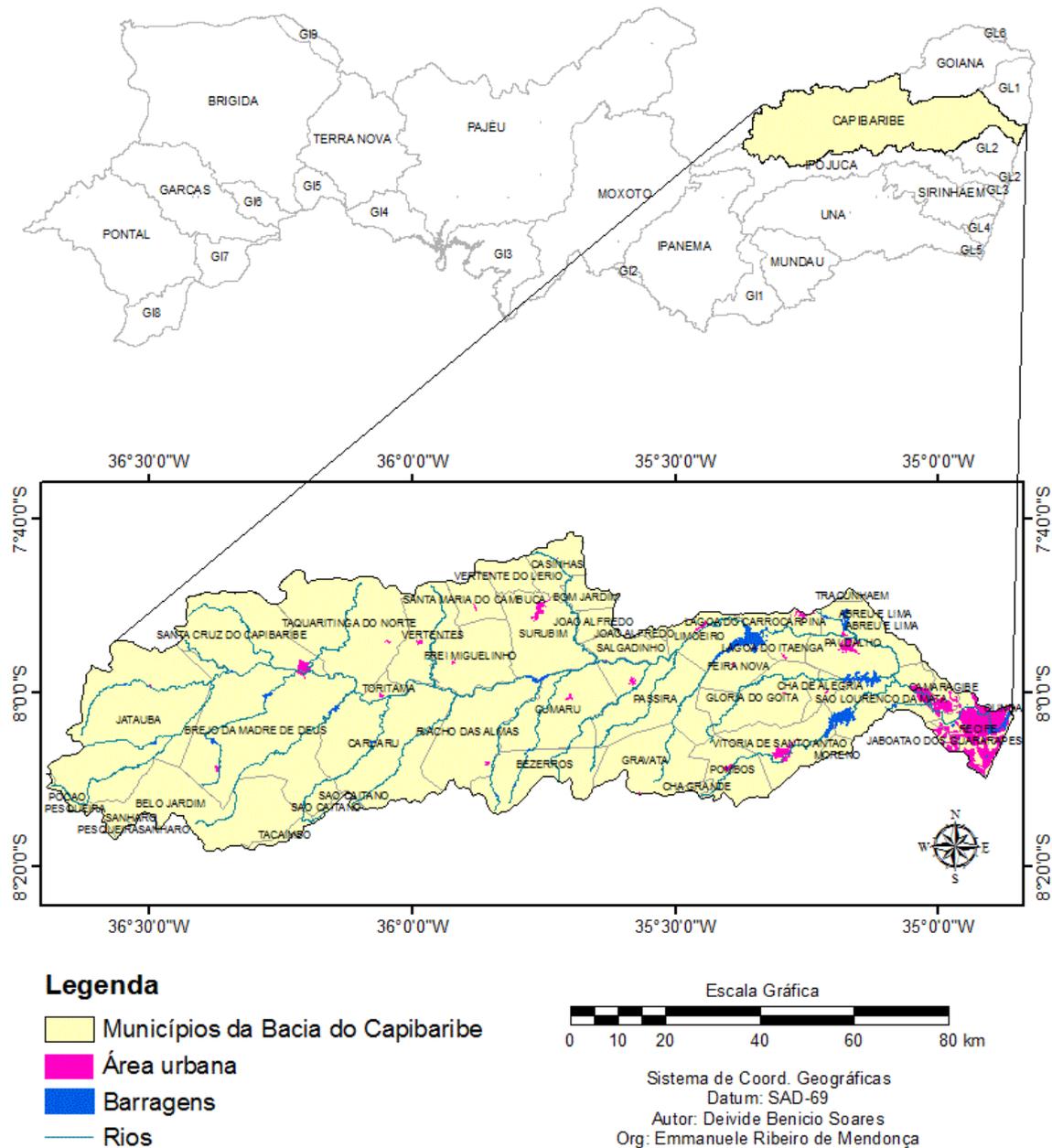
O rio Capibaribe nasce no município de Poção, na Mesorregião do Agreste Pernambucano, sua extensão é cerca de 250 km. A bacia hidrográfica do rio Capibaribe (MAPA 2) está localizada na parte nordeste do Estado de Pernambuco, estando submetida aos diferentes climas. Por isso, o rio Capibaribe é intermitente no alto e médio curso, onde se encontra o clima semiárido, já no seu baixo curso, o regime se torna perene devido aos índices pluviométricos do clima quente e úmido (BRAYNER, 1993).

O alto Capibaribe, com aproximadamente 2.450 km², compreende a região a montante de Toritama; o médio curso, com cerca de 3.050 km², vai de Toritama a Limoeiro; o baixo Capibaribe, com 1.750 km², está entre Limoeiro e o começo da Região Metropolitana do Recife; a foz do rio Capibaribe se encontra na cidade do Recife (PERNAMBUCO, 1978).

Conforme mostra o Mapa 2, as porções urbanas se concentram na área estuarina do Capibaribe, além disto existem alguns pontos ao longo de todo o alto,

médio e baixo curso do rio. Todavia, o lançamento de esgoto no rio Capibaribe é verificado em todos os municípios que compõem a bacia, sejam eles com áreas urbanas ou rurais.

MAPA 1 - Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe no Estado de Pernambuco.



Fonte: IBGE. Malha Municipal Digital, 2001; EMBRAPA SOLOS. ZAPE Digital, 2001.

Nas áreas rurais, as atividades de pecuária, policultura, granjas e cultura da cana-de-açúcar geram dejetos que são lançados nos cursos d'água, constituindo parte da carga poluidora destes, que é potenciada, nas áreas urbanas de São

Lourenço da Mata, Camaragibe e Recife, por dejetos de origem doméstica e industrial (PERNAMBUCO, 2006).

Portanto, a degradação do Capibaribe se manifesta em todo o território da Bacia Hidrográfica, no estuário, apresenta causas difusas. Haja vista a totalidade do território, a degradação do Capibaribe, especialmente no estuário, deve ser combatida em medidas conjuntas, envolvendo todos os municípios da bacia.

O estuário¹² do rio Capibaribe é do tipo *laguna costeira estuarina* na classificação proposta por Silva et al (2011). Os autores explicam que esse tipo de estuário é orientado paralelamente à costa, separado por uma barreira é interligado ao oceano por um ou mais canais.

Esse estuário é totalmente inserido na cidade do Recife. Assim, relação da cidade e “suas águas” envolve a ocupação do solo, visto que os arrecifes formavam um porto natural, com boas condições de atracamento, motivando a implantação da cidade. Esse porto foi de suma importância para a Capitania de Pernambuco, devido ao escoamento da produção açucareira, bem como entrada de mercadorias.

Para Cesário (2006) o primeiro grande significado do rio Capibaribe foi o de ligação das áreas produtoras de cana-de-açúcar e o porto do Recife. Em seguida, a beleza paisagística e o uso das águas para o lazer, sobretudo no século XVIII, se mostram como importantes significados do rio. A autora pondera ainda que, em meados do século XX o significado do rio Capibaribe é negativo na medida em que expressa o acúmulo de dejetos.

A precariedade do saneamento básico permeia a relação do Capibaribe com a cidade. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2009 o Recife tinha 38,6% de cobertura de esgoto, já de acordo com o Censo 2010, 41,4% dos domicílios da cidade faziam parte da rede geral de esgoto (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2011).

Para mudar essa situação, estão em curso ações do Projeto Capibaribe Melhor (Prefeitura do Recife) do Programa Estruturador de Recife (Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA).

O Projeto Capibaribe Melhor tem como objetivo geral construir condições para a dinamização urbana, social e econômica dos habitantes de um trecho da bacia do

¹² Os estuários representam porções finais de um rio, estando sujeitos aos efeitos sensíveis das marés. Por conseguinte, o estuário de um rio é a parte vizinha da costa invadida pelas marés, correntes e vagas. (GUERRA; GUERRA, 2011, p.258).

rio Capibaribe, situado à jusante da BR-101 até a Avenida Agamenon Magalhães (FIGURA 1).

As ações do projeto, com investimentos de US\$ 46,8 milhões, visam à melhoria dos espaços urbanos (através da criação e recuperação da infraestrutura física de lazer, saneamento, macrodrenagem, acessos e mobilidade); educação sanitária e ambiental; promoção do trabalho e renda; desenvolvimento das potencialidades esportivas e culturais; promoção de operações urbanas e de participação popular (RECIFE, 2005).

CROQUI 1 – Área de abrangência do Projeto Capibaribe Melhor.



Fonte: RECIFE. Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental (URB). Projeto Capibaribe Melhor: avaliação ambiental. Recife: URB, 2005. Disponível em: <www.recife.pe.gov.br> Acesso em: 15. jun. 2009.

O Programa Estruturador do Recife, com investimentos de aproximadamente R\$110 milhões, permitirá duplicar o número de residências com esgoto na cidade. Esse programa faz parte de um conjunto de ações da COMPESA:

A Compesa tem como meta universalizar os serviços de abastecimento de água até 2014 e duplicar os serviços de esgotamento sanitário até esta data. Sendo que para a Região Metropolitana de Recife estamos em fase final de estudo de uma Parceria Público-Privada com o objetivo de universalizar os serviços de esgotamento sanitário em 12 anos, ou seja, até 2024, incluindo também o município de Goiana, ao norte dessa região. Para água, prevê-se um investimento da ordem de R\$ 2 bilhões até 2014 e para

esgoto estima-se algo em torno de 4,5 bilhões até 2024. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2011, p. 20).

Portanto, verifica-se que essa empresa, de economia mista, atende aos interesses do capital. Visto que, a proposta de melhoria do abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto se processam num contexto de estruturação das cidades para os futuros investimentos a partir da Copa do Mundo em 2014.

O rio Capibaribe é um agente natural que acompanha a evolução da cidade do Recife, marcada pela urbanização excludente. A produção de territórios manifesta, assim, as relações de poder e o embate entre os valores de uso e de troca na cidade.

5 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E GÊNERO

O termo gênero¹³ surgiu no pensamento feminista, e se impôs distinguindo-se da palavra sexo. Conforme Scott (1995) o termo gênero surgiu primeiro entre as feministas americanas, segundo as quais indicavam a rejeição ao determinismo biológico imbuído nos termos sexo ou diferença sexual. Além disto, a palavra gênero afirmava o caráter social das distinções baseadas no sexo.

Segundo Oliveira (1999) o termo sexo atribui um significado biológico, enquanto gênero é utilizado na perspectiva de relações e expressa uma elaboração cultural sobre o sexo. Portanto, para a referida autora, gênero pode ser definido como uma produção social e construção cultural do sexo biológico.

Conforme a referida autora, a categoria gênero mostra a relação de poder entre homens e mulheres e fornece a dimensão social da desigualdade sexual. Para Kergoat (2003) homens e mulheres formam dois grupos sociais engajados em uma relação social específica, a relação social de sexo. Deste modo, as condições de vida dos homens e mulheres não decorrem de um destino biológico, porém, de construções sociais.

5.1 Gênero no Conjunto das Relações Sociais

As relações sociais constituem uma oposição de duas classes com interesses contrários, no caso das relações sociais de sexo existe uma luta de dois grupos sociais agindo para melhorar suas condições de vida e atuação na sociedade (DEVREUX, 2005).

Por sua vez, Hirata e Kergoat (1994) e Kergoat (2010) desenvolvem noções mais amplas para as relações de gênero no conjunto das relações sociais, que envolvem as ideias de transversalidade, indissociabilidade, complementaridade, consubstancialidade e coextensividade.

Kergoat (2010) defende que as relações sociais são consubstanciais na medida em que “[...] elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica [...]” (p. 94), isto é, a diferenciação dos tipos de relações sociais é por vezes necessária à sociologia.

¹³ O termo Gênero é usado pelas feministas da língua anglo-saxônica. O termo sexo, pelas feministas francesas.

Assim, a consubstancialidade é uma forma de leitura da realidade social na qual se reconhece “[...] o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca.” (p.100).

Nesse sentido, Hirata e Kergoat (1994) já afirmavam que as relações sociais formam uma teia, pois ao passo que se há separação existe o entrelaçamento, contradição e coerência. Assim, ao analisarem as relações sociais de gênero e de classe, postulam que essas relações são transversais para toda a sociedade, sendo indissociáveis e complementares.

Na realidade, as relações de classe e de sexo organizam a totalidade das práticas sociais, em qualquer lugar que se exerçam. Em outras palavras: não é só na casa que se é oprimida nem só na fábrica que se é explorado (a)! As relações de classe devem pois ser analisadas como inculcando conteúdos e orientações concretas nas relações de sexo e, inversamente, as relações de sexo devem ser analisadas como fornecendo conteúdos específicos às outras relações sociais. (HIRATA; KERGOAT, 1994, p.96).

Para Kergoat (2010) as relações sociais de gênero são consubstanciais e coextensivas não somente às relações de classe, mas também de raça, isto é, “Ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente.” (p.94).

Portanto, as relações sociais formam uma unidade substancial que, de forma dialética, comporta um conjunto de relações específicas. Isto implica dizer que tais relações, sejam elas de gênero, classe ou raça estão imbricadas na relação entre sociedade e natureza. A partir desta visão pode-se estabelecer uma ligação entre os conflitos socioambientais, imbuídos nas dinâmicas territoriais contemporâneas, e as relações sociais de gênero.

5.2 Gênero e Meio Ambiente

O debate de gênero e meio ambiente teve início na década de 1970. Nessa época se destaca a publicação do trabalho de Ester Boserup, “Woman’s Role Economic Development”, que mostrou como a degradação ambiental no setor agrícola afetava as mulheres. Desde então se percebe um crescente interesse apesar da temática ser pouco difundida no âmbito acadêmico e político (COLOMBARA, 2005).

Segundo Rico (1998), no período citado, as mulheres dos países boreais incorporam a questão ambiental através dos movimentos ecologistas e pacifistas. Enquanto que, as mulheres dos países austrais se preocupavam com as questões ambientais do setor florestal e agricultura.

Castro e Abramovay (2005) destacam que, no Brasil, esse debate ganha destaque na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, com o papel significativo das Organizações não governamentais voltadas às questões de gênero.

As autoras, partindo do enfoque de políticas públicas e programas, apontam que a relação entre gênero e meio ambiente envolve o estabelecimento de políticas sociais mais justas e equitativas. Uma vez que, o modelo de desenvolvimento vigente afeta de maneira diferente o cotidiano de mulheres e homens. Além disso, admitem que a perspectiva de gênero possa indicar o uso diferenciado dos recursos naturais, fundamentado nas relações estabelecidas dos homens e mulheres entre si, entre grupos diversos e com a natureza.

As políticas e programas ambientais, bem como os projetos de desenvolvimento sustentável, têm uma visão específica da relação entre gênero e meio ambiente. Deste modo, Rico (1998) e Colombara (2005) apresentam três formas conceituais e metodológicas da relação entre gênero, meio ambiente e desenvolvimento: ecofeminismo; mulheres e meio ambiente; gênero, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

O ecofeminismo surgiu a partir de diversos movimentos sociais, nos finais da década de 1970 e início da década de 1980. Trata da interligação entre as preocupações feministas e a degradação ambiental, ou seja, a relação entre a violência patriarcal contra as mulheres, os outros indivíduos e contra a natureza (MIES; SHIVA, 1997).

Ecologia e feminismo, uma vez associados, buscam explicar as ligações entre a destruição da natureza e opressão das mulheres. O ecofeminismo considera que a opressão da mulher e a dominação da natureza são intimamente conectadas, por uma dimensão ideológica que abarca um sistema de ideias e representações, valores e crenças, nos quais a natureza e a mulher são hierarquicamente inferiores aos homens (GARCIA, 1992).

Mies & Shiva (1997) afirmam que o ecofeminismo no Terceiro Mundo se baseia na perspectiva de subsistência, na qual se associa o material ao espiritual na

medida em que as mulheres respeitam e celebram a sacralidade da Terra e resistem a sua transformação em matéria-prima. Consideram que a diversidade e os limites da natureza não podem ser violados. Acrescentam que a mulher está mais próxima da perspectiva de sobrevivência que o homem, pois ela trabalha e vive lutando pela sua sobrevivência.

Para Colombara (2005) o ecofeminismo destaca a participação das mulheres no uso e manejo dos recursos naturais, mas, não explica como essa perspectiva leva ao desenvolvimento de políticas públicas.

A abordagem denominada Mulheres e Meio Ambiente se desenvolve com influência do ecofeminismo, especialmente no que concerne à relação das mulheres com a natureza, entendida como uma relação especial de afinidade (RICO, 1998).

Nessa perspectiva, a mulher é tida como o principal elemento na luta contra a degradação ambiental. Conforme Rico (1998) isto é um problema para a análise de gênero e meio ambiente visto que não considera o contexto em que se insere tal relação. Deste modo,

Precisamente, centrarse sólo en los roles que desempeñan las mujeres invisibiliza el tema del poder, cómo se regulan esos roles y la valoración social que tienen, o sea los obstáculos que enfrentan para participar activamente en los procesos de adopción de decisiones sobre el manejo y la gestión de los recursos ambientales. (RICO, 1998, p. 25).

Assim, desenvolveram-se políticas focadas no elemento mulher ou como mais um componente (RICO, 1998). Apesar dos ganhos, isto é insuficiente para um enfoque que integre gênero e políticas de desenvolvimento (COLOMBARA, 2005).

No tocante à abordagem de Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento, observa-se que essa visão contempla não somente as mulheres, mas, as relações sociais que elas estabelecem e do sistema de poder no qual se inserem (RICO, 1998). Essa abordagem está relacionada aos preceitos da linha de pensamento “Gênero e Desenvolvimento”, construída nos anos de 1990, que são resumidos por Colombara (2005) da seguinte maneira:

- ✓ Não pretende integrar as mulheres aos processos de desenvolvimento vigentes, mas, construir alternativas para transformar as relações sociais desiguais, com mais autonomia e empoderamento das mulheres;
- ✓ Analisa as contribuições das mulheres em seus papéis de produtoras e reprodutoras;

- ✓ As mulheres são vistas como agentes de mudança, ao contrário da visão de receptoras passivas.

Essa abordagem contribui para a compreensão das formas sociais de uso dos recursos naturais e das práticas de produção e reprodução social vigentes em distintos contextos. Deste modo, Rico (1998) afirma que essa análise de gênero não é isolada ou desvinculada dos processos globais que incidem sobre as condições de vida das mulheres e homens.

Asimismo, el análisis de género contribuye a la interpretación de los cambios que van surgiendo en las relaciones género-medio ambiente, de acuerdo a los procesos económicos y políticos que se van gestando y a las negociaciones y consensos que se establecen. Es decir, en el impacto diferencial que tienen sobre las mujeres, por ejemplo en su inserción económica y en su participación en el poder político, los actuales procesos que están experimentando los países de la región: globalización, modernización, democratización, descentralización, así como en su interdependencia [...] Se conoce que la globalización de las economías trae consigo modificaciones en la estructura ocupacional de los países; esto, a su vez, repercute en la división por género del trabajo, en la generación de empleo y en las modalidades de uso y gestión de los recursos naturales [...]. (RICO, 1998, p. 28).

Portanto, o enfoque de gênero em estudos ambientais está em constante construção visto que se desenvolve num campo interdisciplinar, que dá espaço para diversas abordagens teórico-metodológicas.

Nesse sentido, é necessária uma metodologia de estudo que abarque diversas dimensões, e, conforme Colombara (2005), dê conta de um conjunto de variáveis biológicas e sociais para estruturar esquemas de entendimento da complexa relação entre gênero e meio ambiente.

5.3 A dimensão de Gênero nos Conflitos Socioambientais

Uma leitura de gênero sobre os conflitos socioambientais, segundo Gehlen (2009a), pode fornecer uma dimensão fundamental a este debate que, até o momento, dá pouca importância para o assunto. Essa estudiosa salienta que as relações sociais de gênero se caracterizam pelas dimensões: diferenças que podem ser constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais e não biológicas; este construto social tem uma base material e não somente ideológica, podendo-se então fazer uma abordagem histórica e periodizá-lo.

Assim, homens e mulheres são responsáveis pela produção e reprodução do espaço (ROSSINI,1988), bem como do território. Diante da consubstancialidade e

coextensividade das relações sociais, as relações estabelecidas entre mulheres e homens estão atreladas ao conjunto de relações que formam os territórios, onde se processam os conflitos socioambientais. Estes, por sua vez, trazem à tona o uso e acesso desigual dos recursos naturais bem como a distribuição diferencial dos impactos ambientais.

Nesse sentido, se percebe que os impactos sobre a saúde e qualidade de vida, evidenciados nos conflitos socioambientais, recaem de modo específico, indireta ou diretamente, sobre as mulheres. Da mesma forma, a apropriação social dos recursos naturais também se atrela aos diferentes cotidianos de homens e mulheres e distintas territorialidades. Assim, pode-se elaborar um esquema teórico (Esquema 1) que resume a rede entre território, conflitos socioambientais e gênero.

A integração dessas teorias na equação gênero e ambiente objetiva uma visão bifocal, na qual, conforme Gehlen (2009a) é reconhecido que as atividades desempenhadas por mulheres e homens fazem parte de um amplo modo de produção e consumo implicados em interesses econômicos e políticos. Assim, não deve ser desenvolvida uma análise isolada do uso dos recursos naturais pelo homem e pela mulher.

ESQUEMA 1 – Relação entre Território, Conflitos Socioambientais e Gênero.



6 CARANGUEJO, TABAIARES E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: a luta pelo espaço¹⁴

O caso da cidade do Recife se enquadra num processo de ocupação do solo urbano no qual a degradação ambiental é intrinsecamente relacionada à degradação das condições de vida e trabalho da população pobre (Fotos 1 e 2).

Foto 1 – Viveiro de Camarão à direita e água com dejetos à esquerda e palafitas na margem do braço morto do Rio Capibaribe, Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 29.10.2011.

Foto 2 – Casas em Caranguejo, Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 03.12. 2011.

Esse cenário é marcado pela degradação do estuário do rio Capibaribe, entendido por um bem coletivo, que rebate nas condições de vida das comunidades Caranguejo e Tabaiares.

Assim, são identificados os conflitos socioambientais presentes na dinâmica territorial dessas comunidades com base nas teorias desse campo de pesquisa (QUADRO 4). O enfoque foi dado aos conflitos em torno da água, o que não exclui os outros conflitos observados, pois, eles se relacionam num encontro dinâmico e complexo.

Para entendê-los foi necessária uma abordagem interdisciplinar que considerasse os aspectos histórico e geográfico da área onde se processam os conflitos relacionados ao acesso e uso da água, bem como a identificação dos atores sociais, dos agentes naturais e do tipo de conflito (Latente ou Manifesto). Por

¹⁴ “Na luta pelo espaço o capital é sempre o vencedor, seja qual for essa área.”(Informação Verbal) Rosa Ester Rossini, nov.2011.

fim, é realizada uma análise dos conflitos, tendo em vista as relações sociais (classe e gênero) envolvidas e os impactos ambientais existentes.

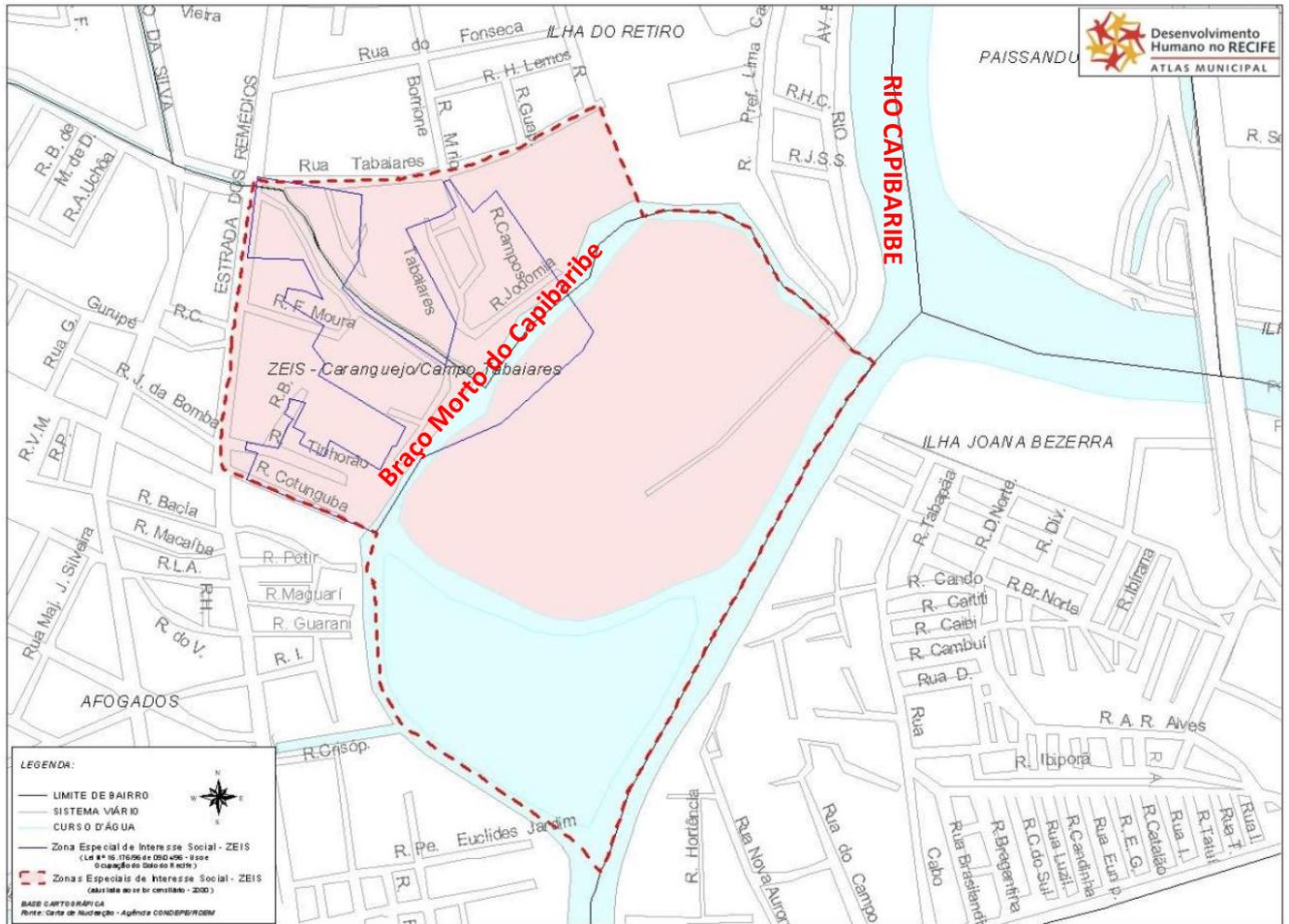
QUADRO 4 – Critérios para a identificação dos Conflitos Socioambientais.

IDENTIFICAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS		
CRITÉRIOS	TEORIAS	AUTORES
A negação do uso e acesso aos recursos naturais (bens coletivos) em quantidade e qualidade necessárias à manutenção da vida.	Conflito Ambiental	Acsehrad (1992; 2001; 2004).
A disputa entre grupos sociais que mantêm distintos tipos de relação com a natureza.	Conflito Socioambiental	Little (2001).
As lutas sobre a distribuição ecológica, isto é, as assimetrias e desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso dos recursos naturais.	Conflito ecológico-distributivo	Guha (1994).
A vida é ameaçada pelo desenvolvimento econômico e pela desigualdade social.	Conflito ecológico-distributivo	Martinez-Alier (2000; 2011).

6.1 Dinâmica territorial em Caranguejo e Tabaiães

As comunidades Caranguejo e Tabaiães são assentamentos urbanos que ocupam uma área de aproximadamente 7,4 hectares, pertencendo uma parte ao bairro da Ilha do Retiro e outra ao bairro de Afogados, evidenciados na Figura 2. Inserem-se na margem do braço morto do rio Capibaribe, que integra uma área estuarina formada por um grande número de ilhas e ilhotas (RECIFE, 2004).

FIGURA 2 - Bairros do Recife e ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiaries.



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Recife, 2005.

Por volta de 1910 chegaram os primeiros moradores de Caranguejo, que formaram uma comunidade de pescadores, cuja sua vida provinha do rio Capibaribe. O nome “Caranguejo” se deve a abundância deste crustáceo no início da ocupação dos manguezais (RECIFE, 2004).

Diversos fatores podem explicar esta ocupação. O mais provável é a migração rural e/ou libertação dos escravos que se processou em 1888, visto que:

Os manguezais que margeavam o centro do Recife, constituíram-se redutos especialmente, para os ex-escravos que ali não só construíram seus abrigos, mas supriram suas necessidades de alimento, lançando mão da fauna do mangue – peixes, caranguejo, siris, ostras, etc. – e passando a viver numa estreita dependência deste. (SEHAB-PE, 1990 apud ETAPAS, 1992, p.55).

Ainda na planície, uma área de predileção para a ocupação pela população mais pobre da cidade, notadamente pelos migrantes expulsos das áreas rurais, foi a dos alagados e mangues. Aí, literalmente, a população construiu o solo e reproduziu em parte certos padrões edificadores do mundo rural.

Também aí, a vantagem estava na localização, no baixo custo do solo. (BERNARDES, 1996, p. 135).

Portanto, a oferta de alimentos¹⁵ e o baixo custo do solo são os principais fatores que possibilitavam a sobrevivência em Caranguejo, assim como nas demais áreas dos mangues e alagados do Recife. Vale salientar que as ocupações eram simples, sendo conhecidas por “mocambos”. A palavra mocambo foi atribuída pelos ex-escravos, tem origem na língua quibuno e significa “esconderijo”¹⁶ (ETAPAS, 1992).

Caranguejo resistiu ao longo dos anos à política de “Liga contra o Mocambo”, entre os anos de 1939-45. Na qual eclodiram diversos conflitos pela cidade, entre o Estado e os “mocambeiros”, com a demolição de 12.437 dos 45.000 mocambos existentes, especialmente na mediação entre Recife e Olinda para a abertura do canal Derby-Tacaruna (ETAPAS, 1992).

Entre os anos de 1960-70 a comunidade Caranguejo não foi removida pelas obras de infraestrutura de transportes, desenvolvidas pelos governos da ditadura militar, diferentemente de muitas favelas do Recife.

O governo militar através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) adotou medidas para o financiamento de casa própria, todavia, a realidade da maioria da população não se enquadrava. Assim, foram criadas as Companhias de Habitação Popular (COHABs) para atender a população de baixa renda (ETAPAS, 1992).

No Recife, foram criadas pela COHAB as Unidades Residenciais (URs) em 1966, conforme ETAPAS (1992), que alocaram milhares de moradores das favelas no centro da cidade para os morros, áreas periféricas¹⁷.

A ocupação de Campo Tabaires ocorreu na década de 1970, com a apropriação do terreno onde se encontrava um campo de futebol (Tabaires Futebol Clube), daí vem o nome desta comunidade (ETAPAS, 2005). A população de Campo Tabaires foi formada pelos excluídos dos programas habitacionais, uma vez que:

¹⁵ Vivem os habitantes destas áreas aluvionais dos mangues ou das lagoas nordestinas numa estrita dependência da fauna da lama, identificados com o ciclo do caranguejo, do marisco ou do sururu. Sobre o “ciclo do caranguejo” [...] mostramos como deste crustáceo depende a vida de milhares de famílias que vivem atoladas nas margens da cidade do Recife. (CASTRO, 2004,p.131).

¹⁶ Os quilombos também eram chamados por mocambos.

¹⁷ Observa-se com esta política a exclusão social e espacial na cidade, que passa a relocar a população pobre para áreas distantes, sem acesso aos serviços de saúde e educação por exemplo.

Sem ter acesso aos programas oficiais e sem terra para construir sua própria moradia, convivendo numa conjuntura de intensa repressão política que sufocava qualquer forma de reivindicação, a população pobre não tinha outra saída senão multiplicar as ocupações. (ETAPAS, 1992, p.65).

Em Campo Tabaiães as primeiras habitações conviviam com o campo de futebol, ficavam no seu entorno, depois a ocupação de expandiu rapidamente.

Segundo os relatos dos entrevistados, as primeiras pessoas a se instalarem tanto em Caranguejo (a partir de 1970), como em Tabaiães estavam desprovidas de energia elétrica, abastecimento de água e coleta de lixo e esgoto, isto é, sem qualquer infraestrutura de habitação:

Aqui era campo e maré, foram aterrando e construindo casas [...] (Entrevistado Nº 30, de 21.12.2011); Aqui não tinha muita casa, pegava água onde era a madeireira, no Galvão e no Pescador [chafarizes] e sem energia elétrica. (Entrevistada Nº 23, de 30.11.2011); Aqui era só maré, mato e lama. A gente pegava água no Pescador, era chafariz. Não tinha energia, quem colocou foi seu Jaime, de tempos em tempos tem que aterrar a casa, se não afunda. (Entrevistada Nº 19, de 30.11.2011). Isso aqui era campo, era viveiro, era maré, aí foi acumulando casa, barraco, a população foi crescendo. (Entrevistado Nº 18, de 29.11.2011). Só tinham quatro casas quando cheguei aqui, não tinha água nem energia. (Entrevistada Nº 17, de 29.11.2011).

Essas pessoas passaram a ocupar o local por diversos motivos, dentre eles se destaca a impossibilidade de se realizar a compra ou o aluguel de um imóvel, devido à falta de poder aquisitivo. Os moradores relataram também o apoio de organizações religiosas, entre os anos 1970-80, que distribuíram materiais para consolidação das habitações. Segundo ETAPAS (2005) o apoio da Igreja Católica se deu também na luta pela posse da terra, através da paróquia Nossa Senhora dos Remédios.

Essas ocupações se ampliaram a partir da década de 1970 num contexto de significativa exclusão social no Recife. Em 1980, a renda mensal de 40% das famílias era inferior a dois salários mínimos, em 1989, quase 50% da população da cidade vivia abaixo da linha da pobreza (ETAPAS, 1992).

Os moradores mais antigos da comunidade Caranguejo relatam que outrora “tudo era maré”, mas, a partir da década de 1980, com a ocupação mais intensa das margens do canal do ABC e do braço morto do Capibaribe, os depoimentos mostram que a degradação ambiental aumentou neste período: “Antes da invasão era maré, não tinha nada, depois, quando construíram o canal, veio a invasão, o pessoal fez suas casas.” (Entrevistada nº. 5, de 26.10.2011).

Caranguejo e Tabaiães compõem uma Zona Especial de Interesse Social desde o ano de 1996, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 16.176/96. Contudo, as ZEIS foram definidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1983¹⁸ e desde então tem sido ampliado o número de zonas. Atualmente, existem 66 ZEIS espalhadas no Recife em bairros periféricos e centrais, convivendo com os mais variados empreendimentos imobiliários como shopping centers, luxuosos edifícios residenciais e outros (MIRANDA, 2005).

A definição dos territórios de Caranguejo e Tabaiães enquanto ZEIS do Recife vem como resultado de anos de resistência e luta pelo espaço. Todavia, a posse da terra ainda não foi regularizada (Informação Verbal)¹⁹. Segundo os entrevistados pouco tem sido realizado no tocante à urbanização da ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiães, dentre os serviços de infraestrutura apenas a coleta de lixo e o fornecimento de energia elétrica são oferecidos corretamente. As questões relativas ao saneamento básico, como a coleta e tratamento de esgoto, bem como o abastecimento de água são marcados pela precariedade.

Portanto, as comunidades Caranguejo e Tabaiães definiram seus territórios de vivência, a partir da necessidade de habitação e de trabalho. No caso da comunidade Caranguejo, observa-se a princípio uma territorialidade imbuída por processos não capitalistas de apropriação da natureza, desenvolvida por um pequeno grupo de pescadores que remete ao início do século XX.

A dinâmica territorial mostra que o crescimento da população pobre na cidade desencadeou outros processos de uso daquele território, marcado pelos sentidos de moradia e sobrevivência. Assim, onde era comunidade de pescadores se tornou um amontoado de casebres e palafitas, alterando o modo de vida e de trabalho daquela população. Em Campo Tabaiães se observa o retrato da exclusão dos mais pobres nas políticas habitacionais. Assim, um espaço privado foi desterritorializado, passando a ser objeto de territorialidades imbuídas pelo sentido do morar.

No processo de urbanização, muitas cidades brasileiras apresentam esse quadro, conforme Santos (2005, p.105),

[...] essas chagas estão em toda parte. Isso era menos verdade na primeira metade deste século, mas a urbanização corporativa, isto é, empreendida

¹⁸ Em 1987 foi criado um sistema de gestão das ZEIS: o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), que define normas para a regularização urbanística, discussões e deliberação dos investimentos e políticas direcionados às ZEIS com a participação dos agentes governamentais e representantes das comunidades.

¹⁹ Informação de Liderança Comunitária em 03.12.2011.

sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais.

As horizontalidades e verticalidades que compõem o território ficam evidentes no caso de Caranguejo Tabaiães. A “urbanização corporativa” do Recife obedece à exclusão social e espacial, que direciona a população pobre para as áreas com implicações legais e ecologicamente frágeis, como os morros e as margens dos rios.

Os territórios conexos, Caranguejo e Tabaiães, passam a estabelecer relações de vizinhança e a compartilhar a mesma história de luta pela moradia, luta pelo espaço. O fruto disto foi o reconhecimento legal da consolidação do território por meio da ZEIS, todavia, os desafios do morar e da moradia ainda perduram.

6.1.1 Caranguejo e Tabaiães: alguns aspectos ambientais

É evidente que, na formação dos territórios de Caranguejo e Tabaiães se desenvolveram processos de apropriação social da natureza relacionados ao estuário do rio Capibaribe.

Especialmente no braço morto do Capibaribe, que tem por afluentes canais modificados de gamboas naturais do próprio Capibaribe, como o canal do ABC (Fotos 3 e 4). Esse braço morto se formou pela ação de aterros por volta dos anos de 1940 (FALCÃO, 1999).

Foto 3 – Canal do ABC que desagua no Braço Morto do Capibaribe. Ao fundo, mangue que contorna a Ilha do Zeca. Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 03.12.2011.

Foto 4 – Canal do ABC com elevado nível de água. Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 26.10.2011.

Esses assentamentos urbanos se formaram numa área ecologicamente frágil, de preservação permanente segundo a Lei Federal nº 4.771, Novo Código Florestal Brasileiro de 1965 (BRASIL, 1965). Afinal, trata-se do manguezal e da margem de um braço de rio.

Todavia, a Lei nº 7.803 de 1989 define que nas áreas urbanas os limites das Áreas de Preservação Permanente (APPs) devem ser observados segundo os respectivos planos diretores e leis de uso do solo (BRASIL, 1989).

Conforme Braga (2009), no caso do Recife, a partir de 2003 se estabeleceram critérios para o estabelecimento de APPs no município, mediante a Lei n.º16.930/03. Os limites dispostos nesta lei não se aplicam as áreas urbanas consolidadas, isto é, espaços não cobertos pela vegetação e aos terrenos localizados em quadras parcialmente edificadas antes de 12 de agosto de 2002 (BRAGA, 2009).

Isto denota que, o interesse de preservação das margens do braço morto do Capibaribe pelo município do Recife veio se mostrar efetivamente a partir de 2002, quando Caranguejo e Tabaiars se configuram como áreas urbanas consolidadas bem como ZEIS.

Em relação ao manguezal, conforme Marins (2007) é definido por uma área de preservação permanente segundo diversos aparatos legais que o inclui explicita ou implicitamente. Assim, a autora destaca: em nível federal o Código Florestal, Lei n.º 4.771/65; Resolução CONAMA n.º 004/85 e a Lei que institui Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Lei n.º 7.661/98; em nível estadual a Lei de proteção aos manguezais de Pernambuco, Lei n.º 9.931/86²⁰ e a Resolução CONSEMA n.º 02/2002.

A importância dos estuários se deve por serem áreas onde ocorrem a reprodução e o crescimento da maioria das espécies marinhas e funcionam como proteção natural da linha de costa contra a invasão das marés. Além disto, abrigam um complexo ecológico formado por diversas espécies da fauna e da flora, amplamente adaptadas às condições do solo (PERNAMBUCO, 2011).

Portanto, os interesses coletivos de preservação da área estuarina são contraditórios aos interesses privados de habitação da população. O embate habitação *versus* proteção ao manguezal não se processa explicitamente no caso

²⁰ Essa Lei ainda não foi regulamentada (PERNAMBUCO, 2011).

das comunidades Caranguejo e Tabaiães. A ampliação das comunidades influencia na degradação do manguezal, ao passo que compromete também a qualidade de vida das pessoas que ali residem. Isto configura um caráter dialético ao conflito habitação *versus* proteção ao manguezal.

É importante pontuar que as ações de desmatamento, aterros e poluição realizadas pelas comunidades Caranguejo e Tabaiães foram induzidas pela falta de infraestrutura urbana e de oferta habitacional para a população pobre na cidade.

Além disto, essa população fica exposta aos danos e riscos da degradação do estuário do Capibaribe, causada por fatores difusos que implicam na gestão de toda a bacia hidrográfica. A vida da população pobre na cidade do Recife tinha como aporte os bens oferecidos pelo manguezal, cada vez mais escassos com o crescimento da população e ausência de conservação ambiental.

Outro aspecto ambiental que envolve o manguezal e o rio Capibaribe é a relação entre essas comunidades e a Ilha do Zeca²¹. Esta ilha “nasceu” no trecho onde o rio Capibaribe desemboca no sentido sul e circunda a Ilha de Joana Bezerra, tomando em seguida a direção da Bacia do Pina (RECIFE, 2004).

A partir da Lei Municipal Nº 16.869/03 a “Ilha da Popolônia” ou “O Outro Lado”, assim conhecida pelos moradores, passa a ser chamada de “Ilha do Zeca”, como Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPA 2. Isto implica na recuperação dos ecossistemas locais e manutenção de sua sustentabilidade (RECIFE, 2003).

Apesar da necessidade de moradia da população pobre do Recife, os 31,1 hectares da Ilha do Zeca não foram habitados. Segundo os entrevistados, existia um temor dos habitantes das comunidades, pois era propagada a informação de que um dono da área a vigiava por meio de funcionários. Entretanto, no decorrer dos anos foram construídos campos alternativos de futebol, conforme mostra a Figura 3.

²¹ A “ilha” do Zeca é descaracterizada devido ao fechamento do braço do rio Capibaribe que contornava a ilha.

FIGURA 3 – Ilha do Zeca: Campos de Futebol e Viveiros de Camarão.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

De fato a ilha tinha um proprietário, conforme notícias de jornal da época sobre o trâmite para a criação da ZEPA 2 Ilha do Zeca:

O terreno é particular é já há dois projetos de construção definidos para o local tramitando atualmente na Secretaria de Planejamento do Recife. O primeiro, para a implantação de quadras e outro para a construção de duas torres de 20 andares. (FUTURO..., 2002, s.p.).

O projeto encontra resistência na Câmara porque o terreno é propriedade privada e conta com um projeto de loteamento aprovado pela PCR desde 1958 que prevê o aterramento de uma alça do braço morto que recebe as águas de três canais e é de importância vital para a drenagem da cidade. O problema é que este loteamento nunca foi posto em prática, embora em meses recentes a Secretaria de Planejamento da PCR tenha recebido um projeto de construção de duas torres de 25 andares em um dos lotes. Por enquanto, não há nada no local. (CÂMARA..., 2003, s.p.).

A Ilha do Zeca está protegida por lei no tocante às edificações, todavia não se destaca a possibilidade de construções na área haja vista a especulação imobiliária da região. Além disto, na Lei Municipal Nº 16.869/03 o Art. 3º, que dava exclusividade ao poder público do uso do solo, foi vetado (RECIFE, 2003).

Nessa ilha ainda existem espécies vegetais e animais características do ecossistema manguezal e exóticas (RECIFE, 2004), sua preservação e recuperação são fundamentais para o ambiente estuarino porque é a única ilha desabitada do Capibaribe.

Essa importância é reconhecida pelos moradores de Caranguejo e Tabaiães, apesar dos impactos dos campos de futebol e dos viveiros de camarão que circundam a ilha. Haja vista, a participação deles numa ação de plantio de mudas de mangue no entorno da ilha, no ano de 2002. Essa ação integrou uma série de práticas ecológicas do projeto “Lixo e qualidade de vida”, planejado pela União de Moradores de Caranguejo e Campo Tabaiães com apoio técnico da Empresa Urbanizadora do Recife (URB) e da ONG Serviço de Justiça e Paz (SILVA,2004).

Além disto, a comunidades participaram do processo de criação da ZEPA 2 Ilha do Zeca:

Representando as comunidades localizadas nas proximidades da Ilha, a presidente da União dos Moradores de Caranguejo e Tabaiães, Maria Luzinete da Costa agradeceu o empenho da Prefeitura para preservação da área de 25 hectares. 'Estou emocionada com a vitória conquistada por toda a cidade', afirmou a líder comunitária.(RECIFE, 2003).

Os relatos dos entrevistados mostram que os moradores das comunidades reconhecem a Ilha do Zeca como um território de lazer, que ameniza as elevadas temperaturas e falta de circulação de ar nas habitações.

Como pode ser observado na Figura 2, entre o braço morto do Capibaribe e a Ilha do Zeca se encontram os viveiros de camarão. Existem na comunidade 38 viveiros²² utilizados na criação do camarão cinza, espécie exótica e resistente. Os viveiros foram construídos através da necessidade de obtenção de renda extra em função da diminuição dos recursos naturais. No passado existiam pescadores que viviam do manguezal, hoje, poucos continuam na pesca e vinculados à carcinicultura (LIRA, 2010).

Os descendentes dos pescadores do início do século XX passaram a ser também aquicultores, na tentativa de adaptação às modificações das condições naturais e ao mercado. Os viveiros, que têm mais de 50 anos de construção, eram empregados inicialmente ao cultivo de peixes em sistema extensivo, baseado no enchimento e povoamento dos mesmos com as marés mais altas do ano (RECIFE, 2004).

A escassez de peixes atrelada às más condições ambientais levou ao baixo rendimento da produção. A demanda crescente por camarão acarreta em maior lucratividade da carcinicultura, que passa a ser desenvolvida no final dos anos de 1990 (FALCÃO, 1999).

Assim, a degradação do ambiente estuarino - causada por fatores difusos como a precariedade do saneamento básico no Recife e demais municípios da bacia do Capibaribe, o lançamento de resíduos industriais, o desmatamento de matas ciliares e mangues etc. - acarretou na alteração de um modo de vida e trabalho da comunidade Caranguejo. O fechamento do braço do Capibaribe na década de 1940 também influenciou neste aspecto.

Ao receberem impactos indesejáveis de diversas atividades ao longo do estuário do Capibaribe, esses trabalhadores tiveram a sua relação com a natureza afetada. Percebe-se uma falha metabólica que explica, em certa medida, a atual carcinicultura encontrada no braço morto do Capibaribe.

Os vínculos naturais entre as pessoas que dependiam do manguezal foram arrebatados pela degradação ambiental, comprometendo suas condições de existência. Além disto, as condições de sustentabilidade foram violadas especialmente pelo crescimento da cidade do Recife. O aumento da demanda por

²² Em 1998 existiam 15 viveiros de peixes e de camarão (FALCÃO, 1999), em 2005 esse número chegou a 24 (ETAPAS, 2005). Por conseguinte se observa um crescimento do número de viveiros que foram construídos e/ou divididos.

camarão é um fenômeno global, os imperativos do mercado norteiam a prática da carcinicultura.

A criação de camarões no braço morto do Capibaribe compromete o ecossistema local, todavia, também recebe impactos da precariedade do saneamento básico. Essa dialética marca o conflito socioambiental entre a carcinicultura x preservação do manguezal.

O comprometimento da carcinicultura pela contaminação da água e acúmulo de lixo no braço morto do Capibaribe é reconhecido por diversos estudos, reportagens de jornal e relatos dos entrevistados.

Para o desenvolvimento de uma carcinicultura eficiente, há necessidade da melhoria da qualidade de água dos cursos d'águas adjacentes, uma vez que o mesmos recebem um grande aporte de material oriundos de esgotos. De um modo geral, a qualidade bacteriológica da água dos viveiros não é muito boa, e a condição sanitária do produto deixa a desejar, apesar de serem obtidas produtividades acima de 3.000 kg/ha/ano. (RECIFE, 2004, p.34).

Localizada no estuário do Rio Capibaribe, a Ilha do Zeca é considerada Zona Especial de Proteção Ambiental (Zepa) desde junho de 2003, por lei municipal. Com isso, fica proibida a construção de edifícios na área. Mas os pescadores que trabalham no lugar sofrem com o lixo acumulado no braço morto do rio. "A poluição é nosso maior problema, o lixo na água prejudica a produção", diz José Elísio da Costa, 54 anos, um dos criadores de camarão.(UMA..., 2009, s.p.).

Os mais prejudicados aqui nessa área aqui somos nós [pescadores/aquicultores] devido aos lava-jato que tem pela cidade, despeja óleo, tem dia que a maré vem é óleo só. Então aqui nós tinha marisco, sururu, caranguejo e tudo isso aí tá se acabando, devido a essas poluição.(Entrevistado n.º09 de 26.10.2011).

Os pescadores/aquicultores manifestaram por diversas ocasiões a insatisfação com o acúmulo de lixo no trecho fechado do braço morto (Figura 4), alegando que isto prejudica a produção de camarão.

Contudo, prevalecem sobre os interesses da carcinicultura, que envolvem o mercado e também a sobrevivência dos pescadores/aquicultores, os interesses difusos e coletivos de preservação do manguezal. Assim, desde o ano 2010 tramita no Ministério Público Federal um inquérito civil referente a atividade da carcinicultura no entorno da Ilha do Zeca (Anexo B). Em 2011, o objeto do inquérito foi ampliado para as mediações da Ilha de Deus, no manguezal do rio Pina (Anexo C).

FIGURA 4 – Vista aérea da Ilha do Zeca e Braço Morto do Capibaribe.



Fechamento do Braço do Capibaribe

Fonte: <http://www.etapas.org.br/caranguejo/ilhadozeca.htm>
Acesso em: 07.12.2011

Portanto, para se realizar uma análise dos conflitos socioambientais em torno da água nas comunidades Caranguejo e Tabaiaras é necessária uma visão de totalidade, refletindo sobre os conflitos latentes e manifestos encadeados a estes pela dinâmica das relações sociais e do território. Isto pode ser mais bem explicado no Quadro 5, elaborado de acordo com a caracterização de conflitos socioambientais proposta por Silveira (2010).

QUADRO 5 – Conflitos Socioambientais na dinâmica Territorial de Caranguejo e Tabaiaras.

CONFLITO HABITAÇÃO X PRESERVAÇÃO DO MANGUEZAL	
Agente Natural	Manguezal
Atores	Comunidades Caranguejo e Tabaiaras Prefeitura do Recife Governo do Estado de Pernambuco
Campo	Área Estuarina do rio Capibaribe
Dinâmica do Conflito	A ampliação das comunidades Caranguejo e Tabaiaras, nos anos de 1970-80, influencia na degradação do manguezal, ao passo que compromete também a qualidade de vida das pessoas que ali residem; A omissão na regulação do uso do solo e na instalação de infraestrutura sanitária é

(conclusão)

	<p>um importante fator deste conflito;</p> <p>A prefeitura do Recife adotou a medida de consolidação dos assentamentos em 1996, com a proposta de relocação dos moradores das palafitas e criação de infraestrutura básica para a habitação no local com a determinação da ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiaras.</p> <p>A prefeitura do Recife criou em 2003 a ZEPA 2 Ilha do Zeca, a fim de recuperar o ecossistema local.</p> <p>O Governo do Estado de Pernambuco nunca tomou medidas corretivas quanto à destruição de mangues e aterros.</p> <p>Atualmente esse conflito encontra-se num estágio de resolução das questões relativas ao uso do solo.</p>
Tipo	Latente
CONFLITO CARCINICULTURA X PRESERVAÇÃO	
Agente Natural	Manguezal
Atores	<p>Pescadores/aquicultores</p> <p>Sociedade Civil</p> <p>Prefeitura do Recife</p> <p>Governo Federal</p>
Campo	Área Estuarina do rio Capibaribe
Dinâmica do Conflito	<p>Os vínculos naturais entre as pessoas que dependiam do manguezal foram arrebatados pela degradação ambiental, comprometendo suas condições de existência;</p> <p>O aumento da demanda por camarão é um fenômeno global, os imperativos do mercado norteiam a prática da carcinicultura;</p> <p>A partir do final dos anos de 1990 começa a criação de camarões no braço morto do Capibaribe, que compromete o ecossistema local, todavia, também recebe impactos da precariedade do saneamento básico e do fechamento do braço do rio Capibaribe que data desde 1940;</p> <p>Os pescadores/aquicultores vêm manifestando queixas informais acerca dos impactos sobre a carcinicultura;</p> <p>Em 2010 o Ministério Público Federal instaurou inquérito civil para apurar essa atividade tendo em vista a proteção da Ilha do Zeca.</p>
Tipo	Manifesto

6.2 A questão da água em Caranguejo Tabaiães: os conflitos socioambientais

Os conflitos socioambientais em torno da água em Caranguejo e Tabaiães foram escolhidos para ser o objeto de estudo desta pesquisa porque se processam num conjunto complexo e dinâmico dos conflitos socioambientais que emergem da dinâmica territorial nessas comunidades, conforme mostra o Esquema 2.

ESQUEMA 2 – Encadeamento dos Conflitos Socioambientais em Caranguejo e Tabaiães.



No curso do conflito socioambiental das necessidades de moradia da população pobre *versus* a proteção de áreas ecologicamente frágeis se processa um longo conflito manifesto de demanda por saneamento básico *versus* prioridades da intervenção pública. Por diversas ocasiões os integrantes das comunidades Caranguejo e Tabaiães reivindicaram perante o poder público ou manifestaram suas reclamações na imprensa e redes sociais acerca da poluição e precariedade do saneamento na localidade, conforme mostram os Anexos D, E, F, G e H.

Apesar de estarem localizadas nas margens de corpos d'água, as comunidades Caranguejo e Tabaiães enfrentam desde o início da formação de seus territórios a precariedade do acesso à água.

Aqui era tranquilo, não era asfaltado, mas era uma areinha limpa, alvinha, a água era pena d'água [situação descrita de 40 anos atrás]. (Entrevistada n.º 5, de 26.10.2011). Era escuro e não tinha água. Pegava água no Chafariz do Pescador. O rio sempre foi sujo [situação descrita de 41 anos atrás]. (Entrevistada n.º 3, de 25.10.2011). Aqui era um campo de futebol, eu pegava água no Chafariz na Rua do Pescador, depois veio a COMPESA [descrição da situação há 48 anos atrás]. (Entrevistada n.º 15, de 19.11.2011). Só tinham três casa, não tinha água nem energia, aí Dona Maria de Souza deu uns candeeiros. Eu pegava água num Chafariz [descrição da situação há 38 anos atrás]. (Entrevistada n.º 16, de 29.11.2011).

A população recorria, entre 1970- 80, aos denominados chafarizes, isto é, bicas públicas localizadas em ruas próximas. Além disto, as “penas d'água” eram e são até hoje fontes de água (Foto 5). Essas “penas d'água” se referem à abertura clandestina de canos que passam pela área, introduzindo neles torneiras ou mangueiras. É uma das formas de abastecimento irregular, existem também redes condutoras feitas pelos moradores que podem chegar até suas casas (Fotos 5 e 6).

Foto 5 – Pena D'água no canal do ABC e canos clandestinos. Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 03.12.2011.

Foto 6 – Ligações clandestinas a partir de um cano da COMPESA no canal do ABC e Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 03.12.2011.

Em 2005, segundo o levantamento de ETAPAS (2005) 43% das 895 residências de Caranguejo e Tabaiães, tinham água encanada em casa. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, no ano 2000, 56,5% de pessoas viviam em domicílios com água encanada, em 1991, o percentual era de 45,9%

(ATLAS..., 2005). Das pessoas entrevistadas para esta pesquisa, 40% alegaram ter água encanada e suas residências.

Os dados empíricos coletados durante as entrevistas e as estatísticas mostram que cerca da metade da população de Caranguejo e Tabaiães possui água encanada. Isto reflete a deficiência dos governos municipal e estadual em prover infraestrutura básica de habitação, colocando em risco a saúde da população que fica a mercê das redes clandestinas de abastecimento.

As pessoas que não têm condições de realizar uma ligação clandestina de água buscam esse recurso nas “penas d’água” e/ou dependem dos vizinhos:

As pessoas pergunta: Como vocês passaram 13 anos sem água? Um que tem nos ajuda, aí um vai e dá um agrado a pessoa, é tanto, aí aquela pessoa vai e libera a água, entendeu? E sem falar que a gente passa muita humilhação... Não é uma venda, é um agrado. (Entrevistada n.º 7, de 26.10.2011). Eu queria resolver esse negócio da água, porque minha fia, sair daqui pra pegar água de baldinho e baldinho é difícil. A água é o benefício melhor do mundo, a gente não veve sem ela. (Entrevistada n.º 28, de 03.12.2011).

É percebido na fala dos sujeitos que a conquista da água é um trabalho árduo, que implica por vezes em relações de poder, entre os que detêm o recurso e aqueles que não o possuem.

Na busca pela água o papel das mulheres tem destaque, afinal, elas são as responsáveis pelo trabalho doméstico que se utiliza da água, conforme relataram as entrevistadas: “As mulheres sofrem mais porque elas que estão atrás de água.”(Entrevistada n.º28, de 03.12.2011). ; “A mulher é quem se vira pra procurar água.” (Entrevistada n.º24, de 30.11.2011); “A mulher se preocupa mais, precisa da água, sem água ninguém vive.” (Entrevistada n.º6, de 26.10.2011).

Neste caso, pode-se perceber que as relações sociais de gênero fazem parte da dinâmica do conflito socioambiental em questão, na medida em que as mulheres ficam com o ônus de prover água para as suas famílias.

Foi possível perceber o caráter diferencial das práticas de homens e mulheres em relação à busca pela água: “Mulheres estão mais preocupadas [com a água], porque os homens só fazem trabalhar fora.” (Entrevistada n.º 25, de 03.12.2011). “Porque as mulheres sofrem mais. O homem só quer a comida pronta... ele chega só quer comer e tomar banho e a mulher que tem que se virar.” (Entrevistada n.º 8, de 26.10.2011). “O homem sai pra trabalhar e a mulher é que fica em casa fazendo tudo...” (Entrevistada n.º16, de 29.11.2011).

As mulheres formam as filas, muitas vezes por um longo período, para coletar água, para lavar os utensílios, lavar a roupa e dar banho nas crianças (Fotos 7 e 8).²³ Elas se queixam de dores pelo corpo na lida pela busca de água: “Porque carregar de balde em baldezinho não é bom não, a coluna e o ovário deve tá pedindo socorro!” (Entrevistada n.º 8 de 26.10.2011).

Foto 7 – Coleta de água pela população na Rua Tabaiães. Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 23.11.2011.

Foto 8 – Presença de mulheres e crianças na coleta de água na Rua Tabaiães. Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 23.11.2011.

Foi observado também que, em geral, quem realiza as ligações clandestinas à rede de abastecimento de água é o homem: “Nós nos juntamos, eu e uns vizinhos, compramos o cano e puxamos a água.” (Entrevistado n.º 26, de 03.12.2011). Todavia, nos domicílios onde não há esse tipo de abastecimento é notória a participação da mulher.

As territorialidades das mulheres envolvem a apropriação da água como uma preocupação diária e constante. A função social desempenhada por elas, como

²³ Na Rua Tabaiães, limite ao norte da ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiães, há todos os dias a coleta de água por meio de uma torneira num muro de particulares. Segundo os entrevistados, por muito tempo os proprietários daquele espaço disponibilizam água gratuita para a população. Há até um comércio relacionado a isto, pessoas que cobram para ir coletar esta água e outros que enchem garrafões e vendem.

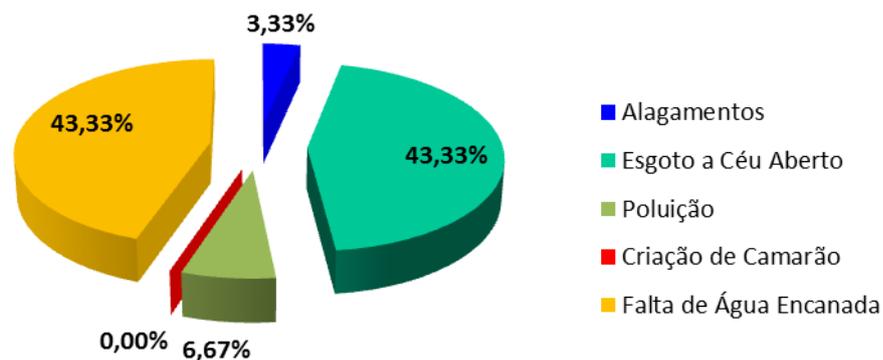
responsáveis pela reprodução da sociedade e bem-estar da família envolve práticas que têm por base a água (cozinhar, lavar roupas, limpar as crianças etc.). Assim, mulher vive lutando pela sua sobrevivência e condições de existência da família.

A atividade de prover água para a família se insere no amplo modo de produção e consumo na cidade, que desenvolve uma urbanização excludente pautada na diferenciação por classes sociais. A distribuição dos equipamentos urbanos é norteadada pelos interesses do capital, que direciona a infraestrutura para as áreas produtivas. Assim, a melhoria das condições de vida das comunidades não está entre as prioridades da intervenção pública.

Outra questão relacionada à precariedade do saneamento básico é a ausência da coleta de esgoto. Este problema não é exclusivo de Caranguejo e Tabaiaras, haja vista que menos da metade da população da cidade do Recife tem acesso à rede coletora de esgoto.

Nas entrevistas, foram citados pelos moradores como os principais problemas relacionados à água os relativos à precariedade do saneamento básico, conforme mostra o Gráfico 6.

GRÁFICO 6 - Problemas relacionados à Água



Fonte: Entrevistas em Caranguejo e Tabaiaras, Recife, Pernambuco, Brasil, out.- dez.2011.

Em vista disto, o esgoto a céu aberto é um problema aparente nas vias (Fotos 9 e 10).

Foto 9 – Entupimento de esgoto em Tabaiães. Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro. 23.11.2011.

Foto 10 – Esgoto a céu aberto em Tabaiães. Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 23.11.2011.

A ausência da coleta de esgoto em parte das residências compromete a qualidade de vida da população. Segundo os moradores de Caranguejo e Tabaiães:

O problema do esgoto é o principal porque prejudica todo mundo dessa favela. Porque remédio está mais caro que comida, é a saúde. Em tempo de chuva você não aguenta entrar aqui, é muita lama, até cocô na rua. A prefeitura, os governos, alguém devia fazer alguma coisa por essa favela. (Entrevistada n.º 13, de 23.11.2011). É bom morar aqui, não é mau não. O principal problema é o esgoto. (Entrevistada n.º 24, de 30.1.2011). Gostaria de mudar, não por problemas com ninguém, mas a questão de água, de lama, de saneamento, coisas que a gente vê aqui que não dá pra conviver num lugar desses. (Entrevistado n.º 27, de 03.12.2011).

Segundo a Secretaria de Saúde do Recife, a área onde estão localizadas as comunidades Caranguejo e Tabaiães é de risco alto para as principais doenças de veiculação hídrica, zoonoses e transmitidas por vetores (RECIFE, 2001).

Conforme uma agente comunitária de saúde (Informação Verbal)²⁴ as verminoses têm grande ocorrência, especialmente em crianças, mas, atingem também aos adultos. Os problemas respiratórios também ganham destaque, a agente de saúde atribui o fato a diversos fatores, dentre eles, à estrutura das casas com pouca circulação de ar. Registram-se também, numa média de 1 a 5 casos por ano, a tuberculose e a hanseníase. Há dois anos que não são registrados casos de filariose. Todos os anos há surtos de dengue.

Nas entrevistas, 56,6% das pessoas alegaram ter sofrido algum tipo de doença relacionada à precariedade do saneamento básico, como: dengue, filariose, micoses superficiais e até hepatite A. Deste percentual, 18% são homens e 82% são mulheres.

Em geral, as mulheres são as responsáveis por limpar a casa depois da inundação de águas pluviais ou de sofrer por inadequadas condições sanitárias. Em 2005 uma líder comunitária faleceu devido à leptospirose. O fato chamou atenção da imprensa local.

MORTE - Maria Luzinete Costa morreu, na última quarta-feira (13), 20 dias depois de ter deitado na lama para limpar uma canaleta obstruída que provocava alagamentos. As comunidades das quais a mulher era uma das líderes denunciavam que Compesa e Prefeitura do Recife não fazem a devida coleta de esgoto na área. A área é uma Zona Especial de Interesse Social ocupada por 150 palafitas e casas de tijolos. As comunidades foram formadas há mais de 30 anos e sofrem com problemas de saneamento básico. (COMPESA..., 2005, s. p.)

Portanto, percebe-se que a população dessas comunidades se encontra constantemente exposta aos danos e riscos causados pela precariedade do saneamento básico. Entretanto, as mulheres, por estarem sempre em contato com a água, por vezes contaminada, ficam sujeitas às doenças, além de cuidarem dos filhos que por ventura venham adoecer²⁵.

Isto acarreta numa mobilização social significativa das mulheres. Para os sujeitos da pesquisa as mulheres estão mais engajadas nos processos de reivindicação pela melhoria das condições de vida, haja vista que 66,7%

²⁴ Essa profissional trabalha no Posto de Saúde da Família do local há mais de 10 anos. Não quis ser identificada. Informação coletada em dez. 2011.

²⁵ Segundo a informação verbal da agente de saúde da área (dez. 2011), na maioria dos casos a mãe é quem leva os filhos para o Posto de Saúde. A presença da mulher também é mais constante em relação a do homem para a requisição de cuidados médicos individuais, assim, não foi possível fazer um estudo comparativo entre a ocorrência de doenças entre homens e mulheres mediante dados de saúde do centro local.

reconhecem isto, enquanto que 20% apontam os homens e 13,3% atribuem aos homens e mulheres indiscriminadamente.

Diversos motivos foram destacados em relação à participação das mulheres na busca pela resolução do conflito entre a demanda por saneamento e as prioridades da intervenção pública, como mostra o Quadro 6 a seguir.

QUADRO 6 – Principais Motivos apontados por Mulheres e Homens sobre a participação das mulheres na busca por melhorias de saneamento.

GÊNERO	PRINCIPAIS MOTIVOS APONTADOS
MULHERES	<p>As mulheres estão mais na frente porque elas precisa mais né, os homens não estão nem aí né, as mulheres tem seu lar, pra fazer as coisas né. (Entrevistada n.º23, de 30.11.2011).</p> <p>As mulheres porque elas têm que cuidar de tudo, parece que é mais difícil pra elas. As mulheres são as que mais são prejudicadas né, por conta disso elas vão atrás, elas reclamam, elas acham que estão no direito de reclamar. (Entrevistada n.º7, de 26.10.2011).</p> <p>Porque as mulher são mais prejudicadas que os homens por causa do seu trabalho em casa. (Entrevistada n.º 15, de 29.11.2011).</p> <p>Elas estão atrás pra buscar melhorias, as mulheres se preocupam mais e tem coragem de se levantar.(Entrevistada n.º16, de 29.11.2011).</p>
HOMENS	<p>As mulheres tem mais tempo. (Entrevistado n.º 30, de 21.12.2011).</p> <p>As mulheres são mais piedosas, não gostam de ver ninguém sofrer. (Entrevistado n.º27, de 03.12.2011).</p> <p>As mulheres, porque é o trabalho delas.(Entrevistado n.10, de 26.10.2011).</p> <p>As mulheres porque são exemplos de bons corações. Elas se responsabilizam pela família delas e pela família dos outros. (Entrevistado n.º9 de 26.10.2011).</p>

Os relatos mostram que a visão das mulheres se atrela as suas vivências cotidianas²⁶, já a dos homens se divide entre a atribuição de papéis e a visão romântica.

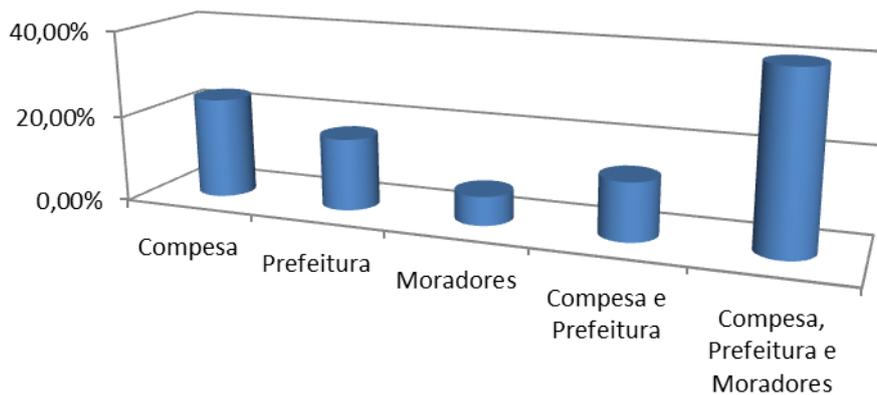
A perspectiva da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais permite a relação entre gênero e conflitos socioambientais uma vez que as construções sociais a partir do gênero determinam certas práticas na dinâmica dos conflitos socioambientais.

²⁶ As mulheres estão mais engajadas também no “Projeto Reciclados”, que deu origem à cooperativa Esperança, em 16.09.2011, formada por 12 mulheres e 1 homem. Essas pessoas se dedicam à fabricação de produtos com materiais recicláveis, como bolsas, utensílios domésticos etc. (Informação Verbal de 20.09.2001).

Percebe-se que, no conflito entre a demanda por saneamento básico *versus* as prioridades da intervenção pública, os impactos da precariedade do saneamento na cidade do Recife, que combinam as dinâmicas ecológica e social, são distribuídos por classes sociais e implicam nas territorialidades de mulheres e homens, bem como nas relações sociais de gênero.

A partir das percepções dos homens e mulheres, sobre a responsabilidade dos problemas relacionados à precariedade do saneamento, foram identificados os atores do conflito entre a demanda por saneamento e as prioridades da intervenção pública, conforme o GRÁFICO 7. Isto foi possível com o trabalho das entrevistas semiestruturadas.

GRÁFICO 7 - Responsabilidade dos Problemas



Fonte: Entrevistas em Caranguejo e Tabaiães, Recife, Pernambuco, Brasil, out.- dez.2011.

Assim, a maioria dos entrevistados reconheceu a responsabilidade do poder público, da empresa de saneamento e das comunidades na garantia de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto etc.

Os projetos e programas em curso da Prefeitura do Recife (Projeto Capibaribe Melhor) e da COMPESA (Programa Estruturador do Recife) levantam uma perspectiva de melhorias para a área nos próximos anos, todavia, até o momento nenhuma obra foi realizada.

Em relação à ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiães o projeto Capibaribe Melhor prevê ações de saneamento integrado e recuperação de canal:

O Saneamento Integrado irá promover melhorias nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação de vias, reassentamento de famílias, educação sanitária e ambiental e

ainda, melhoria das instalações hidro-sanitárias domiciliares, ligações domiciliares de água e esgoto, e controle de vetores. (RECIE, 2005, p.5).

Segundo o Plano de Desapropriação e Reassentamento Involuntário do referido projeto, está inclusa a construção de habitações nas comunidades Caranguejo e Tabaiães acompanhada pela implantação de planos urbanísticos, esgotamento sanitário, melhoria da rede de abastecimento d'água, pavimentação e drenagem de vias e iluminação pública (RECIFE, 2011).

Entretanto, entre os anos de 2012-13 estão planejadas ações para o sistema viário e a urbanização da ZEIS Vila Esperança (RECIFE, 2011). Assim, as intervenções nas comunidades Caranguejo e Tabaiães ainda não apresentam cronogramas de execução e nenhuma obra foi iniciada.

O Programa Estruturador do Recife, realizado pela COMPESA, já teve várias versões anteriores, nenhuma delas contemplou a área de Caranguejo e Tabaiães. Atualmente, pretende-se duplicar o número de residências com esgoto na cidade. Segundo uma funcionária da empresa, há uma estrutura de saneamento de água e esgoto na área: "Existe uma Elevatória na ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiães que bombeia o esgoto para a EE Afogados e que envia para o Sistema de Tratamento de Esgoto Cabanga." (Informação Verbal)²⁷.

Está encadeado ao conflito carcinicultura *versus* preservação do manguezal um conflito de uso e acesso à água. Porque para o desenvolvimento dos viveiros existe a apropriação privada da água do braço morto do Capibaribe (Fotos 5 e 6). De acordo com as entrevistas, esse domínio por um bem coletivo não é questionado pelas mulheres e homens do local.

A identificação dos atores deste conflito foi feita a partir da observação não participante norteada pelos preceitos teóricos desta pesquisa. Assim, integram esse conflito os Pescadores/aquicultores, as Comunidades Caranguejo e Tabaiães, a Sociedade Civil e o Governo Federal.

²⁷ Informação de 27.12.2011 via e-mail.

Foto 11 – Viveiros de Camarão no Braço Morto do Capibaribe. Ao fundo, mangue que contorna a Ilha do Zeca e Prédios residenciais de classe média. Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 29.10.2011.

Foto 12 – Separação do Viveiro de Camarão da água contaminada por esgoto no Braço Morto do Capibaribe. Ao fundo, casas da população pobre. Recife (PE).



Fonte: Emmanuele Ribeiro, 13.04.2010.

A partir da observação não participante e das entrevistas semiestruturadas aliadas aos critérios de delimitação dos conflitos socioambientais numa perspectiva interdisciplinar e politizadora pode-se caracterizar os conflitos relacionados à água em Caranguejo Tabaiães, Quadro 7.

QUADRO 7 - Conflitos Socioambientais em torno da Água em Caranguejo Tabaiães.

CONFLITO DEMANDA POR SANEAMENTO X PRIORIDADES DA INTERVENÇÃO PÚBLICA	
Agente Natural	Solo Canal do ABC Águas Estuarinas - Braço Morto do Capibaribe
Atores	Comunidades Caranguejo e Tabaiães Prefeitura do Recife COMPESA
Campo	Área Estuarina do rio Capibaribe
Dinâmica do Conflito	As comunidades Caranguejo e Tabaiães sofrem com a precariedade do abastecimento de água e coleta de esgoto desde meados do século XX; Isto acarreta em diversos impactos ambientais, especialmente na saúde das pessoas; As relações sociais de gênero se envolvem na distribuição do ônus no conflito;

(conclusão)

	<p>A prefeitura do Recife em 1996, desenvolve a proposta criação de infraestrutura básica para a habitação no local com a determinação da ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiaras;</p> <p>O Projeto Capibaribe Melhor é criado em 2005 tendo em vista a urbanização da área ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiaras, todavia, as obras ainda não foram iniciadas;</p> <p>O Programa Estruturador do Recife (COMPESA) deixa a promessa de melhorias em toda a cidade do Recife em 2011;</p> <p>O conflito encontra-se atualmente em atividade.</p>
Tipo	Manifesto
CONFLITO CARCINICULTURA X CARÁTER COLETIVO DA ÁGUA	
Agente Natural	Águas Estuarinas – Braço Morto do Rio Capibaribe
Atores	<p>Pescadores/aquicultores</p> <p>Sociedade Civil</p> <p>Comunidades Caranguejo e Tabaiaras</p> <p>Governo Federal</p>
Campo	Área Estuarina do rio Capibaribe
Dinâmica do Conflito	<p>Para o desenvolvimento dos viveiros existe a apropriação privada da água do braço morto do Capibaribe, um bem coletivo.</p> <p>A população local não se importa explicitamente com a apropriação da água pelos viveiros.</p>
Tipo	<p>Latente por parte das comunidades ribeirinhas;</p> <p>Manifesto por parte da Sociedade Civil, mediante o inquérito do Ministério Público Federal.</p>

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais por entender o movimento dialético do conhecimento, isto é, conclusões estanques não conferem aos fenômenos a dinamicidade inerente à realidade. Assim, são tecidas considerações finais à luz do que foi analisado.

Os conflitos socioambientais são importantes objetos de análise da atual conjuntura social. Porque neles se expressam os efeitos do modo de produção capitalista que vem solapando a relação das pessoas com a natureza. Dessa relação nasce o território, onde os sistemas de objetos são apropriados com sentidos diversos mediante as territorialidades.

As noções de território e territorialidade permitem uma visão integradora das relações sociais e da materialidade, promovendo uma perspectiva de totalidade. Assim, a análise vai além dos aspectos materiais da apropriação dos bens ambientais, não esquecendo o conjunto das relações sociais. Nessas relações se processam os embates entre distintas territorialidades, acarretando em conflitos socioambientais.

Portanto, nas raízes dos conflitos socioambientais estão o acesso e uso desigual dos recursos naturais do território, bem como a distribuição dos impactos ambientais por classes sociais diante das relações de poder e apropriação.

Os conflitos socioambientais no contexto da cidade trazem à tona os processos da urbanização. Tais fenômenos são marcados pela lógica capitalista de produção do espaço, que gera a segregação social e espacial.

A industrialização, fio condutor da urbanização, manifesta na cidade a organização dos territórios de acordo com os interesses do capital em detrimento do patrimônio ecológico e da sobrevivência das pessoas.

A formação dos territórios de vivência pela população pobre na cidade é permeada pelas relações capitalistas que, de maneira direta ou indireta, ditam onde as classes sociais vão habitar.

A partir disto, foi possível construir uma teoria explicativa para esses conflitos, tendo em vista as condições em que se processam. Todavia, este foi o ponto de partida para a análise os conflitos socioambientais desenvolvida nesta pesquisa.

O estudo exigiu um tratamento mais amplo, que pudesse contemplar a totalidade. Assim, a perspectiva das relações sociais de gênero permitiu uma visão

bifocal da dinâmica dos conflitos socioambientais, a partir das territorialidades desempenhadas por homens e mulheres.

Essas reflexões nortearam a análise dos conflitos socioambientais em torno da água nas comunidades Caranguejo e Tabaiães, que exemplificam a dinâmica dos conflitos socioambientais em áreas estuarinas urbanas.

Ao analisar as condições em que se processam esses conflitos foi percebido o papel do território na dinâmica dos conflitos socioambientais. Caranguejo e Tabaiães construíram seus territórios de vivência a partir das condições severas de sobrevivência impostas pelas relações capitalistas.

Em Caranguejo, seja qual for a origem do grupo que ali se instalou no início do século XX, ex-escravos, flagelados das secas ou explorados dos engenhos de açúcar, eram pessoas em busca de um espaço para viver. Pode-se afirmar que esse grupo mantinha uma territorialidade imbuída por processos não capitalistas de apropriação da natureza, uma vez que viviam a partir do manguezal.

A dinâmica territorial mostra que o crescimento da população pobre na cidade desencadeou outros processos de uso daquele território, marcado pelo sentido de moradia. Assim, onde era comunidade de pescadores se tornou um amontoado de casebres e palafitas, alterando o modo de vida e de trabalho daquela população.

Com a ampliação de Caranguejo, a partir dos anos 1970-80, veio também, com mais força, a luta pela permanência neste território. Nessa mesma época, numa área anexa, nasce a comunidade Tabaiães, com a desterritorialização de uma área privada: o campo Tabaiães. Na comunidade Tabaiães se observa o retrato da exclusão dos mais pobres nas políticas habitacionais.

Essa população convivia com os constantes alagamentos, ausência de energia elétrica e de saneamento básico ao passo que desempenhava uma sucessão de aterros, despejo de resíduos no rio Capibaribe e desmatamento do mangue. Configura-se assim a paisagem da área estuarina urbana.

As horizontalidades e verticalidades que compõem o território ficam evidentes nos casos de Caranguejo e Tabaiães. A “urbanização corporativa” do Recife obedece à exclusão social e espacial, que direciona a população pobre para as áreas com implicações legais e ecologicamente frágeis.

Os territórios anexos, Caranguejo e Tabaiães, passam a estabelecer relações de vizinhança e a compartilhar a mesma história de luta pela moradia, luta

pelo espaço. A consequência disto foi o reconhecimento legal da consolidação do território por meio da ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiães.

Entretanto, a luta pelo espaço não se encerra. Ela aparece de outra forma, através das manifestações e exigências pelos equipamentos urbanos, que, são distribuídos pela cidade de acordo com a diferenciação de classes.

Assim, partindo da dinâmica territorial de Caranguejo e Tabaiães foram identificados, mediante os critérios conceituais escolhidos, os seguintes conflitos socioambientais: Habitação x Preservação do Manguezal e Carcinicultura x Preservação do Manguezal, marcados pela contradição da simultaneidade entre o ser “causador de degradação ambiental” ou “receptor de danos ao ambiente”.

Diante da visão de totalidade, esses embates compõem um pano de fundo dos conflitos socioambientais em torno da água. Na dinâmica dos territórios os conflitos socioambientais se encontram num relacionamento dinâmico e complexo.

Portanto, dentre os processos que condicionam os conflitos socioambientais em torno da água se encontram os conflitos entre as necessidades de moradia *versus* proteção ambiental e da atividade de carcinicultura *versus* proteção do ecossistema local.

A dinâmica dos conflitos em torno da água nas comunidades Caranguejo e Tabaiães revela questões relativas ao acesso e uso deste bem na quantidade e qualidade necessárias à vida, ao tratamento das águas servidas e ao caráter coletivo deste recurso natural.

Em vista disto, foi identificado o conflito da Demanda por Saneamento x Prioridades da Intervenção Pública e o da Carcinicultura x Caráter Coletivo da Água. O curso do conflito entre a demanda por saneamento *versus* prioridades da intervenção pública revelou que a precariedade dos serviços de saneamento básico permeia toda a história dessas comunidades.

Ao longo do tempo as pessoas reagem diante do rebatimento de impactos gerados por isto, uma vez que comprometem suas condições de vida. Deste modo, pode-se dizer que esse conflito é manifesto. As comunidades reconhecem como atores do conflito os próprios moradores, a Prefeitura do Recife e a COMPESA.

Neste conflito, o engajamento das mulheres em busca de soluções é maior que dos homens. Essa percepção mais aguçada pode ser explicada pela carga que as mulheres recebem nas questões relativas ao provimento da água para os

cuidados da família e à convivência com águas servidas através das atividades de limpeza dos domicílios, por exemplo.

As territorialidades das mulheres envolvem a apropriação da água como uma preocupação diária e constante. A função social desempenhada por elas, como responsáveis pela reprodução da sociedade e bem-estar da família envolve práticas que têm por base a água (cozinhar, lavar roupas, limpar as crianças etc.). Assim, a mulher vive lutando pela sua sobrevivência e condições de existência da família.

Percebe-se que os impactos da precariedade do saneamento na cidade do Recife, sejam eles de teor ecológico ou de saúde, são distribuídos por classes sociais e implicam nas territorialidades de mulheres e homens, rebatendo nas relações sociais de gênero.

No conflito socioambiental entre a carcinicultura e o caráter coletivo da água a percepção dos homens e mulheres é a mesma, de que não há problemas para as comunidades a partir desta atividade. Todavia, é importante pontuar que esse conflito encontra-se em parte latente, porque está relacionado ao conflito manifesto entre a carcinicultura e a proteção ambiental.

Na análise dos conflitos socioambientais em torno da água em Caranguejo e Tabaiaras foram revelados aspectos importantes das áreas estuarinas urbanas que, sem o ordenamento do uso e ocupação do solo e omissão no provimento de infraestrutura sanitária, têm se mostrado como uma fonte de conflitos.

É importante perceber o caráter dialético desses conflitos, que se desenvolvem num nó de embates. Uma visão de totalidade e interdisciplinar permite integrar a abordagem de gênero no entendimento de conflito socioambiental. Essa perspectiva pode contribuir no tratamento desses conflitos, desenvolvendo medidas que melhorem as condições de vida das mulheres e homens de acordo com as especificidades de suas práticas sócio-espaciais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Cidadania e Meio Ambiente. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Meio Ambiente e Democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

_____. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N.(Orgs.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____.(Org.). **Conflito social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.

ANDRADE, M. C. **Globalização e geografia**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

_____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional do poder local. In: Santos, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Geografia**: ciência da sociedade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

ATLAS do desenvolvimento humano do Recife. Recife: PCR; PNUD Brasil, 2005. 1 atlas. Escalas diversas.

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In.: NEPI (Org.). **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**: um instigante desafio. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

BARBANTI JR, O. **Conflitos socioambientais**: teorias e práticas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 1, 2002, Indaiatuba. Anais eletrônicos...Indaiatuba: ANPPAS, 2002. Disponível em: <http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/>

BERNARDES, D. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

BERNARDES, J. A. ; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e natureza. In.: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAGA, R. **Instrumentos para a gestão ambiental e de recursos hídricos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal Brasileiro. **Disponível em:** <www.planalto.gov.br> Acesso em: 10. mai. 2010.

_____. LEI Nº 7.803, DE 18 DE JULHO DE 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986. **Disponível em:** <www.planalto.gov.br> Acesso em: 10. mai. 2010.

_____. Agência Nacional de Águas (ANA). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2009**. Brasília : ANA, 2009. Disponível em: Disponível em: <www.ana.gov.br> Acesso em: 07. dez. 2009.

BRAYNER, F. (Org.). **Rio Capibaribe: o passado, o presente e o teu futuro?** Recife: Flamar Editora Indústria e Comércio Ltda, 1993.

CÂMARA vota projeto para a Ilha do Zeca. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 mai. 2003. Disponível em: <<http://www.pernambuco.com./diario>> Acesso em: 10 jan. 2012.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>> Acesso em: 20. ago. 2011.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro pão ou aço**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

CESÁRIO, M. F. P. **Um estudo da viabilidade do uso turístico do Rio Capibaribe no Recife**. Recife: UFPE, 2006. 130 p. Dissertação (mestrado) – Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrabd Brasil, 2001.

COLOMBARA, M. Género, ambiente y desarrollo. Desde caminos paralelos hacia la transversalidad. **Revista Geográfica Venezolana**, v.47(2), p.157-186, 2006.

COMPANS, R.; VIÑAS, S. M. As especificidades dos conflitos envolvendo ocupações irregulares em áreas consideradas impróprias à urbanização. **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, n.16-17, p. 99-114, mai-dez. 2005. Disponível em <http://www.forumrio.uerj.br/publicações_fase3_n16_17.htm>. Acesso em: 30 mai. 2010.

COMPESA vai à comunidade onde mulher morreu com leptospirose. **Jornal do Comercio Online**, Recife, 15. abr. 2005. Disponível em:< <http://www.jc.uol>.

com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2005/04/15...> Acesso em: 18. jun. 2009.

CONTI, C; SILVA, C. A; GONÇALVES, J. P. **O papel da gestão das águas urbanas na regeneração ambiental das cidades.** São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: < http://200.144.189.36/phd/LeArq.aspx?id_arq=3052> Acesso em: 07. dez. 2009.

COSTA, H. S. M; BRAGA, T. M. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e gestão urbana e ambiental. In.: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

DEVREUX, A-M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005. [dimensões_socio_politicas/pdf](http://www.sociedade.org.br/dimensoes_socio_politicas/pdf)> Acesso em: 08. jan. 2010.

ETAPAS. **Ocupações urbanas no Recife:** nobreza do chão. Recife: Recife Gráfica e Editora, 1992.

_____. **Caranguejo e Tabaiars:** história, lutas e conquistas. Recife: Stoy Gráfica e Editora, 1998.

_____. **Caranguejo/Tabaiars:** resistir, insistir e participar! Recife: 2005.

FALCÃO, V. Manguê depura metais pesados nos rios. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.pernambuco.com/diario>> Acesso em: 10 jan. 2012.

FOLADORI, G. **Por una sustentabilidad alternativa.** Montevideo: RELUITA, 2005.

FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx.** Materialismo e Natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FUTURO da Ilha do Zeca em discussão. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.pernambuco.com/diario>> Acesso em: 10 jan. 2012.

GALINDO, E. F. **Gestão das águas urbanas:** construindo uma gestão territorial e ambiental integrada. Brasília: IV Encontro Nacional da Anppas, 2008. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br>> Acesso em: 07. dez. 2009.

GALVÃO, A. R. G.; FRANÇA, F. M.; BRAGA, L. C. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. In.: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GARCIA, M. S. Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, p. 163-68, 1992.

GEHLEN, V. R. F; BRYON, E. **Comunidade Costeira: a natureza do lugar.** Recife: Simpósio Internacional sobre Comunidades Costeiras, UFRPE, 2004.

_____. **Unidades Domésticas de Produção e Relações de Gênero: Impactos Socioambientais das Atividades Produtivas na Saúde das Pessoas Trabalhadoras nos Arranjos Produtivos Locais de Toritama/PE e Americana/SP.** Projeto de Pós-doutorado. Divisão de Saúde Coletiva. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2009a.

_____; RAIMUNDO, V. J.; SILVA, A. R. S.; ALENCAR, M. M. C. M. O trabalho e o lugar: a pesca artesanal na Ilha de Deus. In: CALLOU, A. B. F.; SANTOS, M. S. T.; GEHLEN, V. R. F. (Orgs.). **Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas.** Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009b.

GERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GOMES, R.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; MALAQUIAS, J. V.; SILVA, C. F. R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In.: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

GUHA, R. El ecologismo de los pobres. **Ecología Política: Cuadernos de debate internacional,** Barcelona, n.8, p. 137-152, nov. 1994. Disponível em <<http://www.ecologiapolitica.info/ep/8.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2010.

HAESBEART, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica.** Revista Eletrônica de Ciências Sociais e outras coisas, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, p. 39-52, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/etc>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas,** n. 2, p. 93-100, jan./jul. 1994.

INSTITUTO TRATA BRASIL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Desafios do saneamento em metrópoles da Copa 2014: estudos da Região Metropolitana do Recife.** São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br>>. Acesso em: 02. Dez. 2011.

KERGOAT, D. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Gênero. Tradução: Miriam Nobre. In: EMÍLIO, M. et al. (Orgs.). **Caderno Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas.** São Paulo, nº 3, p. 55-64, 2003.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos,** n.86, p.93-103, març. 2010.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.

_____. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001b.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

_____. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

LIRA, L. (Coord.) **Diagnóstico Socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco**. Recife: Instituto Oceanário de Pernambuco: Departamento de pesca e Aquicultura da UFRPE, 2010.

MAGLIO, I. C. Cidades sustentáveis: prevenção, controle e mitigação de impactos ambientais em áreas urbanas. In: PHILIPPI JR, A. (Org.). **Municípios e Meio Ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.

MARICATO, E. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, Nilo (Org). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Brasil, cidades, alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARINS, M. O. S. **A utilização da microalga skeletonema costatum (greville) cleve (bacillariophyceae) na avaliação da qualidade ambiental de áreas estuarinas de Pernambuco**. Recife: UFPE, 2007. 138 p. Dissertação (mestrado) – Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas de pesquisa em Serviço Social. In.: NEPI (Org.). **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

MARTINEZ-ALIER, J. Justicia ambiental, sustentabilidad y valoración. **Ecología Política: Cuadernos de debate internacional**, Barcelona, n. 21, p. 103-134, dez. 2000. Disponível em <<http://www.ecologiapolitica.info/ep/21.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2010.

_____. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINÉZ, A. S. Género, Medio Ambiente y Accion Política: um debate pendiente em la Geografía Actual. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, Madri, n. 20, p. 177-191, 2000.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Tradução de Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P.; SANTOS, N. C. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In.: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MIRANDA, L. Desenvolvimento humano e habitação no Recife. In.: **Atlas do desenvolvimento humano no Recife**. Recife: PNUD, Prefeitura do Recife, 2005. Disponível em: CD-ROM.

MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, E. M. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: CUT, 1999.

PERNAMBUCO (Estado). Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM. **Plano diretor para o desenvolvimento Integrado da Bacia do rio Capibaribe**. v.1. Recife, 1978.

_____. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Projeto de estruturação do monitoramento da qualidade ambiental**: estudos ambientais do núcleo metropolitano da zona costeira de Pernambuco. Recife, 2006. (Relatório de Consultoria).

_____. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Perfis ambientais**: áreas estuarinas. Recife, 2011. Disponível em: < http://www.cprh.pe.gov.br/perfis_ambientais/areas_estuarinas>, Acesso em: 20.12.2011.

PICINATTO, A. C.; SPIER, G.; LIMA, I. V.; GERMANI, R. D. Território na abordagem geográfica de Bertha Becker. In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PLATIAU, A. F. et al. Uma crise anunciada. In: THEODORO, S. H. (org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PORTO, M. F.; MARTINEZ-ALIER, J. M. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 503-512, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRANGUES, P. P.; CASTRO, R. S.

(orgs). In: **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECIFE (Cidade). Lei Nº 16.176, de 30 de janeiro de 1997. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo do Recife. **Disponível em:** <<http://www.recife.pe.gov.br>>. Acesso em: 30. abr. 2009.

_____. Secretaria de Saúde. **Programa de Saúde Ambiental**. Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br>>. Acesso em: 05. Mar. 2011.

_____. Lei Nº 16.869, de 04 de junho de 2003. Altera o zoneamento da cidade do Recife e institui a ZEPA 2 – Ilha do Zeca. **Disponível em:**<[http://www.legiscidade.Com.br/lei/16869/riginal/1/](http://www.legiscidade.com.br/lei/16869/riginal/1/)> Acesso em: 24. Out. 2011.

_____. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Diretoria Geral de Meio Ambiente. **Diagnóstico ambiental da Zona Especial de Proteção Ambiental Ilha do Zeca para categorização e regulamentação**. Recife: 2004.

_____. Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental (URB). **Projeto Capibaribe Melhor: avaliação ambiental**. Recife: URB, 2005. Disponível em: Disponível em: <www.recife.pe.gov.br> Acesso em: 15. jun. 2009.

_____. Empresa Urbanizadora do Recife (URB). Empresa GEOSISTEMAS Engenharia e Planejamento Ltda. **PDRI – Plano de Desapropriação e Reassentamento Involuntário**: segunda fase de intervenção do projeto Capibaribe Melhor – subsistemas viários a, b, c e urbanização da ZEIS Vila Esperança. Recife, 2011. Disponível em: <www.recife.pe.gov.br> Acesso em: 16. dez. 2011.

RICO, M. N. **Género, medio ambiente y sustentabilidad del desarrollo**. Santiago: CEPAL, 1998.

ROSSINI, R. E. Mulher: residência no urbano, sobrevivência no rural (o exemplo da lavoura canavieira). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda **Anais...** Olinda: ABEP, 1988.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. O dinheiro e o território, **Geografia**, ano 1, n. 1, p.7-13, 1999.

_____. SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record, 2001.

_____. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais, **Geografia**, ano 8, n. 15, p 71-85, 2006.

_____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Recife: S.O.S. Corpo, 1995.

SCOTTO, G.; VIANNA, A. R. **Conflitos ambientais urbanos no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns?** Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

SILVA, J. B.; GALVÍNCIO, J. D.; CORRÊA, A. C. B.; SILVA, D. G.; MACHADO, C. C. C. Classificação geomorfológica dos estuários do Estado de Pernambuco (Brasil) com base em imagens do LANDSAT 5/TM. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v.1, n.1, p.118-133, jan.- jul. 2011.

SILVA, M. S. B. **Da ex-sociedade de caranguejos e dos seus irmãos de leite aos “pombos sem asas”:** complexidades ambientais em assentamentos urbanos do Recife sob uma perspectiva antropológica. Recife: UFPE, 2004. 123 p. Dissertação (mestrado) – Mestrado em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVEIRA, K. A. **Conflitos socioambientais e participação social no complexo industrial portuário de Suape, Pernambuco.** Recife: UFPE, 2010. 150 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

UMA ilha perdida no Recife. **Jornal do Comercio Online**, Recife, 03 jun. 2009. Disponível em: < <http://www.jc.uol.com.br/canal/cotidiano/ciencia-e-vida/noticia/2009/06/03...> > Acesso em: 10. jun. 2009.

THEODORO S. H. (Org.). **Mediação de conflitos socioambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1982.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 5, p. 31-50, jul/dez. 1998. Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/index.html>>. Acesso em: 30 set. 2011.

VICTORINO, V. I. P. Proteção aos mananciais, atores e conflitos: o caso da Cratera de Colônia. In: VARGAS, H. C.; RIBEIRO, H. **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

WALTER, M. Conflictos ambientales, socioambientales, ecológico distributivos, de contenido ambiental... Refelexionando sobre enfoques e definiciones. **CIP-ECOSSOCIAL, Boletim ECOS**, Madrid, n.6, p.2-9, fev.- abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cip.fuhem.es>> Acesso em: 30 mai. 2010.

ANEXO A – Modelo das Entrevistas Semiestruturadas

ENTREVISTA NA COMUNIDADE CARANGUEJO TABAIARES

1. Identificação do entrevistado (a)

- 1.1 Nome: _____
- 1.2 Endereço: _____
- 1.3 Estado Civil: casado(a) () solteiro(a) () viúvo(a) ()
- 1.4 Ocupação: () Desempregado(a) () Aposentado (a) () Pensionista () Pescador () Dona de Casa () Outro

1.4.1 Se pescador:

CONDIÇÃO: () autônomo () empregado/parceiro ASSOCIATIVISMO: () Associado a Colônia de Pescadores ()
 Vinculado a Associação de Pescadores () Outro _____ ATIVIDADE: Qual é a principal atividade? () Aquicultura
 () Pesca no estuário () Pesca no mar
 Quanto tempo trabalha na pesca e/ou aquicultura? ____/____ Quantos dias por semana? ____ Quantas horas por dia?

Que materiais você utiliza em seu trabalho?

Para onde/quem você comercializa a sua produção?

Que fatores prejudicam a sua atividade pesqueira? () Pesca excessiva/ muita pesca/ muita gente na pesca () Lixo ()
 Poluição da água (rios, mares) () Falta de saneamento básico/ esgoto ()
 Outros _____

- 1.5 Filhos: sim () _____ não ()
- 1.6 Data de Nascimento: _____
- 1.7 Grau de Escolaridade:
 () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo
 () Ensino Superior Incompleto () Ensino superior Completo

2. Vínculo do entrevistado (a) com o lugar

- 2.1 Há quanto tempo reside na comunidade de Caranguejo Tabaiares:
 () 0 a 4 anos () 4 a 8 anos () 8 a 12 anos () acima de 12 anos _____
- 2.2 Como era a comunidade quando você chegou?

- 2.3 Qual é o tipo de sua moradia? palafita () alvenaria ()
- 2.4 Qual a sua condição de moradia?
 () própria () alugada () favor c/ família () favor c/amigos () outros _____
 () banheiro próprio dentro da casa () fora da casa () banheiro coletivo () água encanada () coleta de esgoto ()
 coleta de lixo () fossa () energia elétrica
- 2.5 Você já morou em outro lugar além de Caranguejo Tabaiares?
 () Sim. Onde? _____
 Quanto Tempo? _____
 Por que veio para Caranguejo Tabaiares? _____

 () Não.
- 2.6 Você já pensou em morar em outro lugar?
 () Sim. Onde? _____
 Por quê? _____

 () Não.
- 2.7 Você gosta de morar na comunidade de Caranguejo Tabaiares?
 () Sim. Por quê? _____

 () Não. Por quê? _____

- 2.8 Você conhece a história do surgimento da comunidade de Caranguejo Tabaiares?
 () Sim. Como surgiu? _____

 () Não.
- 2.9 O que significa e/ou representa Caranguejo Tabaiares pra você?

- 2.10 O que representa o rio Capibaribe pra você?

- 2.11 O que representa o Canal do ABC para você?

- 2.12 O que representa a Ilha do Zeca pra você?

3. A percepção e o conhecimento do entrevistado (a) sobre os Conflitos Socioambientais da comunidade de Caranguejo Tabaiães

3.1 Você está vinculado (a) a alguma entidade da comunidade?

() Sim. Qual? _____

() Não. Por quê? _____

3.2 Você já participou de alguma reunião que trata de assunto referente à comunidade?

() Sim. Qual? _____

Quando? _____

() Não.

3.3 Você já denunciou ou algum problema da comunidade à imprensa ou à prefeitura?

() Sim. Qual? _____

Quando? _____

() Não.

3.4 Que problemas relacionados à água você percebe na comunidade Caranguejo Tabaiães?

() Falta de água limpa () Falta de água encanada () Esgoto à céu aberto () Alagamentos

() Poluição de rio e canal () Prisão da água do rio () Criação de Camarão () Doenças () Outros

3.5 Desses problemas, qual é o principal? Por quê?

3.6 Quando começou esse problema?

3.7 Quem é o responsável pelo problema?

() COMPESA () PREFEITURA () MORADORES () OUTROS _____

3.8 O que tem sido feito para resolver este problema?

3.9 O que representa a água pra você?

3.10 Você já teve algum tipo de doença relacionada à água?

() Sim. Qual? _____ () Não

3.11 Quem mais sofre com os problemas relacionados à água?

() crianças () jovens () mulheres () homens () idosos

Por quê?

3.12 Quem participa mais para resolver os problemas da Comunidade?

() Mulheres () Homens () Mulheres e Homens

Por qual motivo?

ANEXO B – Inquérito Civil relacionado à carcinicultura no Braço Morto do Rio Capibaribe.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL nº 396, DE 04 DE JUNHO DE 2010

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio do procurador da República signatário, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMFP nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.002315/2003-81 foi instaurado para apurar notícia de atividade irregular de carcinicultura na Ilha do Zeca, no Município de Recife (PE).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade da adoção de outras diligências;

RESOLVE converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.000.002315/2003-81 em INQUÉRITO CIVIL, determinando:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com o

Procedimento Administrativo nº 1.26.000.002315/2003-81, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "**Apurar notícia de atividade irregular de carcinicultura na Ilha do Zeca, no Município de Recife (PE)**";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, do servidor Francisco José Alves Gondim, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 – CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 1º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Comunicação à PFDC - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, **solicitando-lhe a publicação** desta Portaria no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

Como providência instrutória, oficie-se à DIRMAM e à DIRCON para que realizem vistoria conjunta na área noticiada no relatório de fls. 187/190, que deverá seguir por cópia, com fito de analisar acerca de possíveis ações a serem tomadas para recuperação e preservação dessa área, bem como que seja verificada a denúncia de desmatamento de mangue noticiada no referido relatório.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

Recife/PE, 07 de junho de 2010.

ANASTÁCIO NÓBREGA TAHIM JÚNIOR
Procurador da República

ANEXO C - Trâmite do Inquérito Civil relacionado à carcinicultura no Braço Morto do Rio Capibaribe.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO
5º OFÍCIO DA TUTELA COLETIVA

Autos MPF/PRPE nº1.26.000.002315/2003-81

DESPACHO DE ADITAMENTO DE OBJETO

No curso do presente inquérito civil constatou-se a existência de outro pólo de criação irregular de camarão nesta cidade do Recife, no manguezal do Pina, próximo à Ilha de Deus, localidade que, apesar de bem próxima daquela tratada nos presentes autos, não é abrangida pelo seu objeto original.

Por razões óbvias, as medidas a serem adotadas em relação à atividade de carcinicultura na Ilha do Zeca deverão se estender ao manguezal do Pina.

Assim, em obediência ao disposto no art. 5º, parágrafo único, da Resolução CSMPF nº87/2006, promovo o aditamento do objeto deste inquérito civil, passando a ser "*Apurar notícia de atividade irregular de carcinicultura na Ilha do Zeca e no manguezal do Pina, nas proximidades da Ilha de Deus, no Município de Recife (PE)*".

Retifique-se a autuação e dê-se publicidade do presente aditamento na mesma dimensão daquela que é dada à portaria de instauração do inquérito civil.

Recife, 27 de outubro de 2011.

Antonio Carlos de V. Coelho Barreto Campello
Procurador da República

ANEXO D – Reportagem sobre poluição no braço morto do Capibaribe.

CIÊNCIA & VIDA // SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Uma ilha perdida no Recife

Publicado em 03.06.2009, às 08h05

Do Jornal do Commercio

O Recife preserva uma ilha completamente desabitada, entre a Ilha do Retiro e Afogados, bairros da Zona Oeste, e a poucos metros da avenida mais movimentada da cidade, a Agamenon Magalhães. Com 25 hectares e contornada por mangue, a Ilha do Zeca é a única da capital pernambucana sem qualquer tipo de construção. Lá, o visitante encontra apenas viveiros artesanais de camarão, uma imagem de São Francisco de Assis e campos de futebol para o lazer das comunidades do entorno, Caranguejo e Tabaiaras.

Localizada no estuário do Rio Capibaribe, a Ilha do Zeca é considerada Zona Especial de Proteção Ambiental (Zepa) desde junho de 2003, por lei municipal. Com isso, fica proibida a construção de edifícios na área. Mas os pescadores que trabalham no lugar sofrem com o lixo acumulado no braço morto do rio. “A poluição é nosso maior problema, o lixo na água prejudica a produção”, diz José Elísio da Costa, 54 anos, um dos criadores de camarão.

“O lixo se acumula porque a prefeitura não abriu um trecho do rio que foi fechado. A água do Capibaribe entra e não tem como sair. Antes, o rio contornava toda a ilha e não havia esse problema”, diz o ambientalista Alexandre Moura. Há cerca de quatro anos, ele e o também ambientalista Alexandre Ramos articularam uma mobilização com moradores do lugar para tentar abrir o trecho aterrado. “Com isso, a área, que hoje é um istmo, ressurgiria como ilha”, destaca Ramos.

Fonte: UMA ilha perdida no Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, jun. 2009. Disponível em:< <http://www.jc.uol.com.br/canal/cotidiano/ciencia-e-vida/noticia/2009/06/03...>> Acesso em: 10. jun. 2009.

ANEXO E – Precariedade do Saneamento denunciada pelos moradores através reportagem de jornal local.

The image shows a screenshot of a news website. At the top, there is a navigation bar with categories: NOTÍCIAS (highlighted in red), ESPORTES, DIVERSÃO, EDUCAÇÃO, and VÍD. Below this is a search bar with the text 'FAÇA SUA BUSCA:' and a 'NO CAR' button. The main content area features a breadcrumb trail: 'Notícias / Cidades / Protesto'. The article title is 'Protesto na Estrada dos Remédios prejudica trânsito'. The text states that protesters from the Caranguejo community burned tires on the road to demand sanitation work from the city. A photograph shows a road blocked by burning tires with thick black smoke rising. The article is dated 'Quarta - 13/10/10 13h05, atualizado em 13/10/10 13h35'. On the left side, there are several menu sections: 'EM', 'DESTAQUES' (with links to 'Chuvvas em Pernambuco', 'Espaço Criança Esperança', and 'Princípios editoriais'), 'EDITORIAS', 'PARCEIROS' (with links to 'Continente Multicultural', 'NE Rural', and 'Revista ProNews'), and 'PROGRAMAS' (with links to 'Bom Dia Pernambuco', 'Globo Comunidade', 'Lance Final', 'NE TV', and 'Nordeste Viver e Preservar').

pe360 graus

NOTÍCIAS ESPORTES DIVERSÃO EDUCAÇÃO VÍD

NOTÍCIAS FAÇA SUA BUSCA: NO CAR

EM

Notícias / Cidades / Protesto

Quarta - 13/10/10 13h05, atualizado em 13/10/10 13h35 Tamanho da fonte A- A+

Protesto na Estrada dos Remédios prejudica trânsito

Os manifestantes são moradores da Comunidade do Caranguejo; eles queimaram pneus na pista como forma de chamar atenção da Prefeitura para obras de saneamento na área

Da Redação do pe360graus.com

Um protesto provocou muita confusão na Estrada dos Remédios, no bairro de Afogados, no Recife, nesta quarta-feira (13). Moradores da comunidade do Caranguejo fecharam o trânsito queimando pneus no cruzamento com a Rua Tabaiaras. Eles pedem à Prefeitura obras de saneamento na área.

Pela manhã, os manifestantes tentaram impedir a passagem dos carros se jogando sobre eles. Foi preciso a intervenção da Polícia Militar. Os bombeiros chegaram no final da manhã ao local para apagar o fogo.

Foto: Reprodução TV Globo

Fonte: PROTESTO na Estrada dos Remédios prejudica trânsito. **Pe360graus**, Recife, out. 2010. Disponível em: <<http://pe360graus.globo.com/noticias/cidades/protesto/2010/10/13>> Acesso em: 20 out. 2010.

ANEXO F – Reclamação acerca do lixo em Jornal Comunitário.



TABAIARES

por Carlos Diego Lins e Jullimária E. Dutra

edição 1 - ano 1 - 16.11.09

Saneamento

Comunidade em meio ao lixo



Lixo e esgoto em Tabaiaries

by Carlos Diego Lins

Os moradores da Comunidade Caranguço Tabaiaries convivem com um problema que assola boa parte da população recifense: o grande amontoado de lixo.

Embora haja coleta de segunda à sexta-feira, quando dois profissionais da própria comunidade, contratados pela empresa QUALIX, recolhem os resíduos deixados nas portas das casas, num trabalho de “coleta manual”, ainda existe quem prefira jogar seus dejetos no canal do ABC que corta a comunidade.

A situação piora quando chega o inverno, pois a maré sobe e toda água poluída, junto com o lixo, invade as casas causando transtorno e desespero para as famílias que moram próximas ao canal. Apesar da sujeira, quando a maré sobe, as crianças e jovens fazem do canal um *point* alternativo de diversão, e transformam a ponte, que deveria ser usada apenas na travessia dos pedestres, num trampolim para mergulhar nas

águas poluídas do córrego.

Mesmo sabendo o problema que podem causar colocando o lixo em locais não apropriados, os moradores depositam o material descartável em qualquer lugar, sem se preocupar com o que pode acontecer. “Ninguém faz a sua parte. A gente fala, alerta, mas entra por um ouvido e sai pelo outro. Depois querem ir à prefeitura reclamar quando enche tudo aqui”, disse Joaquim Pedro, morador.

O problema do lixo acumulado no canal do ABC é resolvido periodicamente, porém, é retirado somente tudo que “boia”: desde garrafas plásticas até objetos domiciliares, como sofás.

Com esgoto à céu aberto e dejetos jogados sem preocupação, a possibilidade de os moradores contraírem alguma doença, como a leptospirose e doenças de pele, é muito grande. O problema acontece devido à má higienização das pessoas e também por falta de políticas sanitárias voltadas para a

questão do saneamento.

Em pesquisa de 2003, realizada pela Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS), uma ONG não-governamental que desenvolve trabalhos voltados para ação social, e pelo Centro Josué de Castro, 88% das residências, ou seja, 799 habitações, não estão ligadas à rede de esgoto. Destas, 588 habitações despejam seus dejetos em valas à céu aberto.

Com uma iniciativa dos próprios moradores, em parceria com a Escola Municipal Mércia de Albuquerque, a comunidade realizou, no ano de 2008, um projeto de ação social que consistiu num mutirão de limpeza, denominado de “Caranguejo limpo”. “Isso só ficou no ano passado. Deveria ter mais projetos desses aqui na comunidade”, contou Elias Marques Pereira, morador da comunidade. “Existe muita gente que não quer colaborar com a limpeza do local”, acrescentou.

ANEXO G – Queixa sobre o lixo veiculada por Blog.

SÁBADO, 20 DE SETEMBRO DE 2008

➔ **Via lixo**



Corredor de lixo que liga os dois lados do braço morto do Rio Capibaribe. Provavelmente esses prédios ao fundo são os principais responsáveis por grande parte deste crime. Quando um Rio se transforma num depósito de lixo, a fauna começa a desaparecer e o maior prejudicado disso é o ser humano, no caso, os moradores de Caranguejo Tabaiares. No entanto, na maioria das vezes, os condôminos desse arranha-céus não se dão conta do quanto estão degradando o meio ambiente e, com isso, eliminando fontes de recursos naturais que, para quem mora nas margens do Rio, significa a garantia da alimentação.

às 16:26 Postado por caranguejotabaiaries 

Quem sou eu
caranguejotabaiaries
[Visualizar meu perfil completo](#)

“Só há um tipo de verdadeiro desenvolvimento: o desenvolvimento do homem.”
Josué de Castro

Arquivo do blog

- ▶ 2010 (2)
- ▼ 2008 (29)
 - ▼ Setembro (3)
 - [Transporte alternativo](#)
 - [Banheiro "público"](#)
 - [Via lixo](#)
 - ▶ Agosto (2)
 - ▶ Julho (5)
 - ▶ Maio (3)
 - ▶ Abril (2)
 - ▶ Março (4)

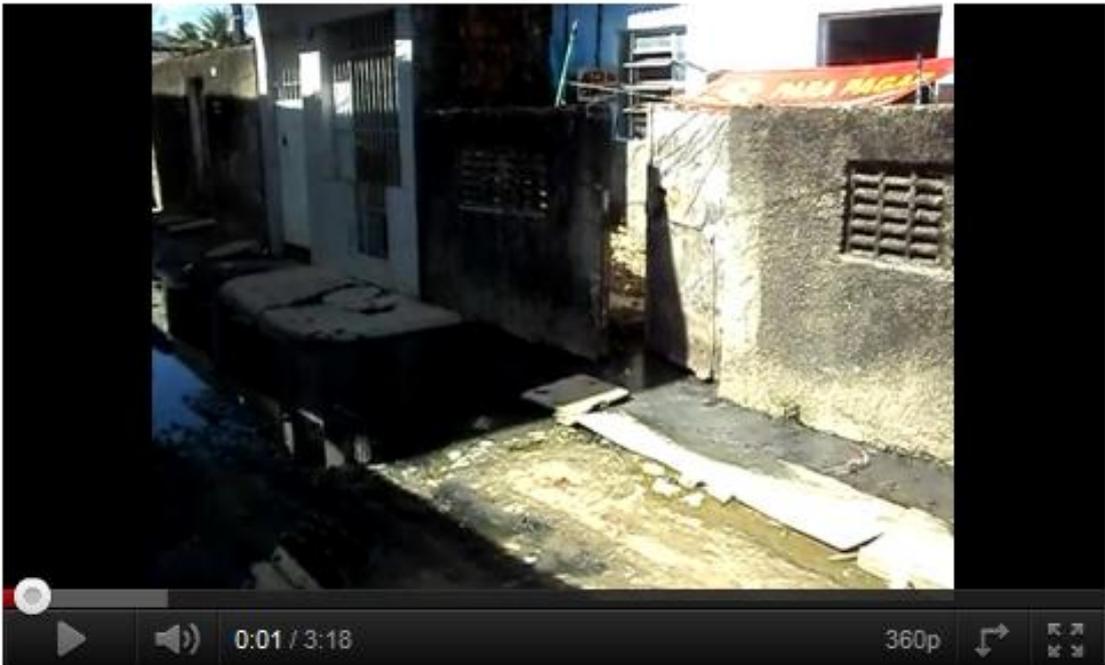
Fonte: http://caranguejotabaiaries.blogspot.com/2008/09/via-lixo_20.html

ANEXO H – Reclamações acerca da precariedade de saneamento veiculada por vídeo na internet.

You Tube caranguejo tabaiaras prefeitura

DESCASO DA PREFEITURA DO RECIFE COM CARANGUEJO/TABAIARES

washingtonfelipe22 1 vídeo



52 exibições

Enviado por washingtonfelipe22 em 14/10/2011

O VIDEO MOSTRA PARA OS RECIFENSES O DESCASO DA NOSSA PREFEITURA COM UMA COMUNIDADE DE MAIS DE SEIS MIL HABITANTES. O POVO ESTÁ VIVENDO NA LAMA, O POVO MORA EM CARANGUEJO MAIS NÃO É CARANGUEJO NÃO!!!!

0 pessoa(s) gosta(m), 0 pessoa(s) não gosta(m)

Fonte: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=UbfuBk1I3pA>>, Acesso em 24.10.2011.